

VANTS E A NOVA NATUREZA DO COMBATE AÉREO | 2

Maj Dave Blair, *USAF*

O PODER AEROESPACIAL EM 2025 | 12

Reflexões

TenGen Denis Mercier, Força Aérea da França

A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO | 28

O Combate Bélico Norteamericano e sua Percepção: Outro Capítulo da Saga . . .

Philip Kao

O INTERCÂMBIO DE CARTÕES DE VISITA | 44

O Impacto da Lei de Autorização da Defesa Nacional de 2012 em Reação a Desastres Domésticos

Cel John L. Conway III, *USAF*, Reformado

CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS E O DIREITO HUMANITÁRIO | 50

Coronel Int Carlos Alberto Leite da Silva, FAB

VANTs e a Nova Natureza do Combate Aéreo

Maj Dave Blair, *USAF*

Acabamos de ganhar uma guerra com muitos heróis pilotando aviões. Talvez a próxima seja travada de aviões sem pilotos, ponto final (. . .) Tomem o que aprenderam acerca da aviação bélica e joguem tudo pela janela afora. Vamos projetar a aviação do futuro.

—Gen Henry “Hap” Arnold, Forças Aéreas do Exército dos EUA, 1945

Uma História, Dois Aspectos

O fogo violento de metralhadora *DShK*, calibre .50, encurrala uma equipe de *SEALs* [*Sea/Air/Land*] da Marinha.¹ Ultrapassados em número e poder de fogo, a equipe conta com uma só linha vital – o avião no outro extremo do rádio do controlador da ofensiva final conjunta [*joint terminal attack controller*]. O avião está bem fora do alcance das armas dos insurgentes, mas isso nem passa pela cabeça do piloto, à medida que se enfoca exclusivamente nos camaradas que se encontram em situação completamente oposta. Com a rapidez de raio, um *GBU-12* remove o *DShK*.² Dois minutos após, mísseis rapidamente tomam conta de um grupo de insurgentes que estava tentando flanquear a equipe. Não mais encurralados, os *SEALs* respondem fogo com fogo e o adversário bate em retirada. Quando baixa a poeira, o pessoal amigo regressa ao local de transporte.³ Durante o relato do evento, fica claro que sem as ações da tripulação aérea os membros intrépidos daquela força especial teriam perecido.

Sem qualquer dúvida, a parte mais importante desta narrativa é saber que aqueles que defendem o bem voltaram são e salvos.

No entanto, o mesmo resultado teria sido possível com a tripulação de um *F-15E Strike Eagle* ou de um *MQ-9 Reaper* remotamente pilotado

(RPA). No último caso, provavelmente as instituições condecorariam o heroísmo da tripulação. No entanto, ao mesmo tempo, fariam lembrar a essa que seus esforços nem mesmo chegam à qualificação de “missão de combate”. A urgência da necessidade bélica levou ao grande aumento em número de RPAs. No entanto, o pessoal na linha de fogo sempre ouve dizer que essas aeronaves não fazem parte de combate.

Tal contradição merece esclarecimento, especialmente porque o reconhecimento da Arma transmite persuasiva mensagem acerca da avaliação relativa. As Forças Armadas conferem medalhas de combate. No entanto, em cada novo conflito, a tecnologia e a tática mudam as definições—as linhas de frente expandem, juntamente com o alcance do novo armamento. Sem dúvida, tal fato aplica-se aos conflitos atuais, quando o inimigo desferiu o primeiro golpe em nosso território. O transporte globalizado e elos de comunicação agora permitem aos nossos militares a participação em combate diretamente do território nacional. As definições merecem nova análise, face a frente de batalha globalmente descentralizada.

A Defesa do Ponto de Vista: O Risco de Combate

Iniciamos com o argumento de que os operadores de RPAs não fazem parte de combate, porque não colocam a vida em perigo. O conceito “risco de combate” é o ponto central da questão. A noção é definitivamente problemática, devido a dois motivos principais: (1) não diferenciamos as gradações de risco tecnologicamente mitigáveis em outras plataformas; (2) no caso de RPAs, isso simplesmente não é válido.

- (1) Qual é o diferencial de risco entre 3.048 metros [10.000 pés] e 16.093,44 quilômetros [10.000 milhas] em conflitos atuais?

Quando uma aeronave tripulada, de dois motores sobressalentes, faz um voo rasante sobre zona de combate, completamente fora do alcance de qualquer ameaça realista, consideramos tal cenário combate. No entanto, quando um *Predator* dispara um *Hellfire*, registramos o fato como apoio a combate. Por quê? A conclusão é

de que os avanços tecnológicos que reduzem o risco de combate não diminuem a realidade do mesmo. Frequentemente, aqueles que defendem o *status quo* taxam os meios de defesa altamente tecnológicos como covardia. No entanto, sempre existem aqueles dispostos a adotar os avanços oferecidos. As armas de fogo no Japão, balestras [bestas] medievais e submarinos da Primeira Guerra Mundial passaram pelo mesmo tipo de crítica.

Isso traz à mente um piloto de *F-22*, vociferante (e inebriado) que declarava que “combate bélico via teleconferência não é lá muito honrável”. Podemos dizer o mesmo de piloto que dispara míssil de seu caça tecnologicamente encoberto: nada mais é do que arma sigilosa. Seria difícil imaginar esse indivíduo no ato de ativar o retransmissor de satélite no momento em que entra em contato com o inimigo, somente para restaurar honra ao combate. Da mesma forma, o sistema de controle descentralizado do *Predator* encaixa-se muito bem à categoria de defesa tecnológica. Em outras plataformas, combate à medidas e táticas não invalida a realidade da batalha, mesmo quando atenua os riscos. Tudo isso nada mais é do que incentivo profundamente contraditório e antiquado.

- (2) Os operadores de *RPA*s não enfrentam menor perigo do que as tripulações aéreas. Na verdade, o oposto é bem mais provável. Lembrem-se de que os indivíduos que morreram durante o ataque de 11 de Setembro de 2001 no Pentágono receberam a Medalha *Purple Heart*, uma medalha de combate. Essa guerra é global e os inimigos também possuem alcance global. Se estivéssemos na posição do inimigo, será que desperdiçaríamos tempo, atraindo atenção, com a aquisição de míssil de alto perfil, quando um ataque terrorista contra operadores de *RPA* no Continente Norteamericano produziria melhores resultados? Esperamos, com fervor, que isso não aconteça. No entanto, o resultado de análise de risco entre um operador de *RPA* e piloto desdobrado ao teatro nesta guerra é, no mínimo, o mesmo para ambos. Qual é a diferença entre ataque terrorista contra uma pessoa a

caminho do trabalho e piloto atingido por fogo terrestre no início da decolagem? Em ambas as situações, os indivíduos são atingidos a caminho do destino. Além do mais, a ação de empregar energia cinética, tomado de fúria, porta em si, certo grau de risco pessoal.

De acordo com as instruções especiais, os operadores sempre estão sujeitos à decisões limitadas pelo tempo.⁴ O disparo de arma sem observar as regras, resulta em cadeia. Além desse exemplo, um “perigo próximo” de arma de primeira geração talvez resulte em baixa de fogo amigo – o risco que aceitamos com esse tipo de operação.⁵ [*Perigo próximo – danger close – denota o fogo empregado em íntima proximidade à forças terrestres amigas, quando essas decidem que o perigo causado pelo inimigo excede aquele da munição empregada*]. A legalidade do disparo, contudo, não atenua a realidade para o(a) operador(a) que dispara. Será obrigado(a) a viver com as consequências. É difícil imaginar verdadeira surtida de apoio a combate com esse tipo de sequela.

Rumo à Maior Compreensão: Responsabilidade em Combate

A responsabilidade em combate é um indicador mais confiável do que *risco de combate*. O primeiro define combate relacionado a dois elementos: (1) responsabilidade ilimitada, inclusive vida e morte; e (2) intuito antagônico, o que impede um possível resultado, onde ambos os lados saem ganhando (como em desastre natural).

Até que ponto esses elementos são aduzidos é saber até onde dada atividade preenche os requisitos de combate. Certo indivíduo possui responsabilidade de combate, se as opções tomadas acarretam resultado direto em salvar vida amiga ou tomar vida inimiga. Em outras palavras, o indivíduo está em combate se centra, dispara ou orienta as armas, ou se possui direta responsabilidade pela vida de Soldados, Marinheiros, Militares da Força Aérea ou Fuzileiros Navais rumo a perigo.⁶

Geralmente, risco de combate e responsabilidade de combate sobrepõem-se. Antes do advento de mísseis de longo alcance e elos de dados, o risco de combate era tipicamente um requisito do emprego de armas contra o adversário. Durante períodos de grande assimetria tecnológica, contudo, essas definições divergem. Um samurai em armadura pesada é invulnerável a toda ameaça previsível, com exceção de outro samurai. Um arqueiro munido de arco longo é praticamente imune a combate direto, devido ao alcance da arma, a menos que as linhas se rompam. O tripulante de submarino durante os primeiros anos da Primeira Guerra Mundial tinha mais a temer do mar do que de armas inimigas. Quando assimetrias tecnológicas propulsionam essas definições, fazendo com que se distanciem umas das outras, a responsabilidade de combate melhor capta o combate total. Além do mais, a responsabilidade de combate inclui risco.⁷

Que tipo de modelo de reconhecimento seria projetado à responsabilidade de combate em guerra aérea atual? Para aeronaves tripuladas, toda vez que os pilotos entram em zona de combate, assumem a responsabilidade de combate para si mesmos, sua tripulação ou elemento. Toda vez que pilotos disparam uma arma, quando tomados de fúria, (inclusive míssil de cruzeiro fora da zona de combate), assumem a responsabilidade de combate pelo efeito causado pela arma. Tal cenário reflete intimamente as diretrizes atuais. No entanto, a justificativa é mais abrangente. Avaliamos as pessoas pela dedicação para com os camaradas na linha de fogo, bem como para com o risco em que se encontram.

As RPAs exigem interpretação mais detalhada. Ao contrário de aeronaves tripuladas, associadas a combate, quase sempre definido geograficamente, a RPA exige visão causal. Em outras palavras, o que os indivíduos fazem durante a missão define se estão em combate ou não. É interessante indicar que um militar nota que está a caminho de combate, somente durante parte da surtida. Classifica-se de combate toda surtida que inclui ambos os elementos de responsabilidade de com-

bate: (1) vidas diretamente em jogo (2) luta contra inimigo durante guerra. Uma surtida que não satisfaz essa definição talvez satisfaça uma um tanto mais descontraída para apoio em combate: ações de segunda ou terceira ordem que tornam possível ações diretas contra o inimigo. A regra de ouro é: aquele que toma decisões que diretamente afetam o resultado de ação, está em combate. Aquele que coloca outra pessoa nessa posição oferece apoio a combate.

Por exemplo, consideramos sensores de varredura em edifício ou em rota principal de suprimento, apoio a combate—são ações contra inimigo, quando vidas não estão diretamente em jogo. Esse tipo de missão essencial produz efeitos de segunda e terceira ordens que salvam vidas e atingem os alvos. Naquele momento, a pessoa não se encontra em posição de tomar decisões que resultariam em vida ou morte. Por outro lado, vejamos uma varredura via sensor que descobre um grupo em ato de posicionar dispositivos explosivos improvisados. No momento em que os membros da tripulação giram os mísseis, após receber autorização legal de ataque, estão em combate. O enfoque estático de vídeo em certo edifício torna-se combate, quando entra em cena uma força de ataque para vasculhar o prédio. Nessa situação a tripulação toma responsabilidade de combate, devido a presença de forças amigas no cenário. Em geral, o desenvolvimento de alvos e varredura de rotas continuam sendo mero apoio a combate. Golpes cinéticos, apoio à ação direta e escolta armada quase sempre resultam em combate.⁸

Por consequência, de acordo com a orientação atual, número determinado de surtidas de combate justificaria uma *Air Medal* se o comando da cadeia de combate estiver de acordo. Do mesmo modo, dado número de surtidas de apoio a combate justifica a Medalha *Aerial Achievement*. Para medalhas de missão única, o fator causativo é a consideração principal. A fim de considerar se o(s) membro(s) de certa tripulação receberá(ão) a *Air Medal* ou *Distinguished Flying Cross* para missão única, o resultado das ações deve ter sido o fator decisivo entre a vida e a morte.

Conclusão: Entre Efeito em Combate e Prestígio de Plataforma Prevalece o Efeito em Combate

O fator principal do debate é que o combate é sacrossanto. Os prêmios e condecorações são alguns dos meios mais elevados de reconhecimento formal disponíveis aos militares. As condecorações difundem aquilo que a Arma considera valioso e digno de respeito. Existe a perigosa tentação de usá-las para destacar plataformas ou capacidades. É impossível exagerar o efeito tóxico dessa prática. Com isso declaramos ao mundo em geral que o que são (e o que voam) importa mais do que aquilo que fazem. Em última análise asseveramos que o prestígio vale mais do que o valor. Em consequência reforçamos a estrutura de castas e continuamos a gerar profecias que se convertem em realidade acerca de desempenho relativo. Quando iniciamos com a luta e retraçamos os passos até o início, enviamos mensagem muito mais poderosa: a valorização da contribuição que dada pessoa leva ao combate. A diferença efetuada por aquele indivíduo é mais importante do que a aeronave que voa ou deixa de voar.

Em suma, esse argumento dirige-se à consistência cognitiva, que se torna ainda mais importante, dado o prodigioso novo grupo especializado de pilotos que só voa *RPAs*. Quando possuímos grande número de tenentes inexperientes e Militares da Força que tripulam as atuais *RPAs*, devemos ajudá-los a dar aquele salto mental – de seu posto terrestre de controle, à zona de combate que nunca viram, especialmente quando todos os indícios culturais proclamam que estão vivendo em paz no Novo México. Se deixarmos de fazer isso, as consequências serão terríveis.

Quando declaramos a esses jovens guerreiros que estão em missões de voo de apoio a combate, confirmamos sua conclusão mental de que aqui estão, no continente norteamericano, e não na área de responsabilidade do Comando Central dos EUA (*CENTCOM AOR*). Se dissermos que não estão em combate, quem são eles para discordar? Ao vermos o combate como sacrossanto e não seu prestígio, eliminamos a contradi-

ção e fazemos com que esses futuros líderes consigam reconciliar sua atividade a esse novo tipo de combate. As tripulações do *Predator* e *Reaper*, em fase de amadurecimento, colocam placas nas portas de entrada: “Atenção! Entrada da *CENTCOM AOR*.” Os membros das tripulações de *RPA* acreditam piamente neste credo de combate. Somente pedimos que a instituição em si afirme sua veracidade.

Finalmente, a Força Aérea sobrevive e floresce como força armada através de pioneirismo e inovação.⁹ Embora estabelecido em máximas perenes de raciocínio militar, nosso nicho forja novos meios de guerra, forçando a fronteira tecnológica, a fim de transformar a maneira como a nação trava guerras—de modo esplêndido—prosseguindo do ar ao espaço e ao ciberespaço, mudando em reação às revisões em natureza bélica pelas quais nós mesmos somos responsáveis. Como o General Arnold predisse anos atrás, travamos a guerra aérea empregando um sistema global de voo a fio, cujos cabos de controle alcançam o espaço e o ciberespaço. Mas a iniciativa e a inovação que continuamente expandem os limites, não podem manter o privilégio inveterado. Um privilégio que está arraigado em distribuição antiquada de poder. Para uma Arma que se baseia em inovação para a sobrevivência, o privilégio é veneno. Nossas definições e distribuições de poder devem apoiar a Força Aérea na luta atual e na próxima, não na última. Nesse teor, o *Unmanned Systems Integrated Roadmap* do Departamento de Defesa prediz uma força constituída quase que inteiramente de *RPA*s em meados deste século.¹⁰ Da maneira como procedemos atualmente, as únicas *Air Medals* serão aquelas nos livros de História. □

Notas

1. The *Degtarayova-Shpagina Krupnokaliberniy* [Degtarayov-Shpagin alto calibre] é uma metralhadora pesada da era soviética, comum em todo o mundo. “Degtyarev (DShK-38 e o Modelo 38/46) 12.7 mm Heavy Machine Gun (Federação Russa), Machine Guns,” *Jane's Information Group*, acessado em 23 de fevereiro de 2012, <http://articles.janes.com/articles/Janes-Infantry-Weapons/Degtyarev-DShK-38-and-Model-38-46-12-7-mm-heavy-machine-gun-Russian-Federation.html>.

2. A GBU-12 é uma bomba de 500 libras, teleguiada a laser, encontrada em aeronaves táticas norte-americanas. “GBU-10, GBU-12, GBU-16 Paveway II (Estados Unidos), Bombs—Precision and Guided Munitions,” Jane’s Information Group, acessado em 23 de fevereiro de 2012, <http://articles.janes.com/articles/Janes-Air-Launched-Weapons/GBU-10-GBU-12-GBU-16-Paveway-II-United-States.html>.

3. O termo “local de exfiltração” [*exfiltration site*] refere-se ao campo do qual a força de operações especiais parte do campo de batalha, após completar a missão.

4. Instruções especiais são um grupo de ordens gerais do comandante do componente aéreo da força de coalizão que governam o emprego do poder aéreo em teatro de combate.

5. Perigo próximo – *danger close* – denota o fogo empregado em íntima proximidade às forças terrestres amigas, quando essas decidem que o perigo causado pelo inimigo excede aquele da munição empregada para combatê-lo. Formalmente, refere-se ao disparo de munição dentro do percentual de probabilidade de 0,1 por cento da distância de incapacitação. Joint Publication 3-09.3, *Close Air Support*, 8 July 2009, V-20, https://jdeis.js.mil/jdeis/new_pubs/jp3_09_3.pdf.

6. Empregamos *diretamente e imediatamente* quando nos referimos a participante que se encontra somente a um passo do resultado. Esta distinção útil diferencia entre combate e apoio a combate. As ações de apoio a combate são essencialmente importantes para moldar os resultados, embora seu impacto não seja tão diretamente causativo como aquele de participantes em ponto de ataque ou defesa.

7. Geralmente, à medida que a simetria for restaurada, essas definições convergirão mais uma vez. Como exercício acadêmico, imagine frotas de veículos aéreos remotamente pilotados, chinesas e americanas em duelo, em busca dos respectivos postos de controle terrestre. Nessa eventualidade, um assento em aeronave tripulada seria muito mais confortável e seguro.

8. Logicamente, as tripulações indicariam se empregaram apoio cinético ou à incursão ao completar a surtida—informação retroativamente incluída na documentação de voo. Este procedimento é similar ao processo de avaliação de responsabilidade para os *KC-135s*, onde a situação de combate da aeronave, retroativamente, dita se a missão foi de combate ou de apoio a combate.

9. “Our Air Force owes its existence to visionaries who sought innovative ways to do things—instead of going through an enemy’s line, let’s go over it. Now is the time to boldly embrace the enterprising spirit that Airmen have long demonstrated by harnessing the latest technology and developing novel ways of accomplishing the nation’s missions.” Gen Edward A. Rice Jr., “Building toward the Future,” *Air and Space Power Journal* 26, no. 1 (January–February 2012): 6, <http://www.airpower.maxwell.af.mil/digital/pdf/issues/jan-feb/Jan-Feb-2012.pdf>.

10. Department of Defense, *Unmanned Systems Integrated Roadmap, FY2011–2036* (Washington, DC: Department of Defense, Office of the Secretary of Defense, [2009]), <http://www.fas.org/irp/program/collect/usroadmap2011.pdf>.

**Maj Dave Blair, USAF**

Frequentou a USAFA; Mestrado em Diretrizes Públicas [*Masters in Public Policy – MPP*] da *John F. Kennedy School of Government, Harvard University*. Piloto Instrutor do MQ-1B e piloto de AC-130U. Anteriormente, foi Oficial Assistente de Operações e Chefe de Planos para o 3º Esquadrão de Operações Especiais [*3rd Special Operations Squadron*]. Membro do Comando de Operações Especiais da Força Aérea [*Air Force Special Operations Command*]. Tomou parte nas guerras do Iraque, Afeganistão e outras frentes emergentes, pessoalmente, e também via teleguerra. Atualmente frequenta o curso de Doutorado em Relações Internacionais [*International Relations, PhD*] na *Georgetown University*. Sua tese analisa o emprego de estratégias de distúrbio via redes sigilosas, a fim de solucionar o problema do tráfico humano contemporâneo.

O Poder Aeroespacial em 2025

Reflexões

TenGen Denis Mercier, Força Aérea da França*



2025 não está assim tão distante. No entanto, os anos vindouros, sem dúvida, serão surpreendentes, uma vez que os desenvolvimentos geoestratégicos e tecnológicos são tão imprevisíveis. O ambiente aeroespacial com certeza apresentará inovações excepcionais. Devemos estar preparados para recebê-las. Este artigo não estuda o tópico de forma compreensiva. Mas, sim, sugere alguns princípios para apoiar os interesses do poder aéreo futuro.

É difícil fazermos preparativos para o futuro. Devemos selecionar o limite de tempo, a fim de desenvolver uma visão inovadora, embora realista e passível de ser alcançada. O Economista Peter Drucker costumava alegar que “a essência do planejamento é tomar as decisões presentes, cientes de sua futuridade”.¹ De fato, o período atual até o ano 2025 já foi definido pelo programa de pedidos e entregas que fazem

*Este artigo é a versão revisada do *post scriptum* ao artigo *Envol vers 2025* do mesmo autor. *Réflexions prospectives sur la puissance aérospatiale (Takeoff for 2025: Thinking about the future of air and space power)*, série *Stratégie aérospatiale*, ed. Grégory Bouterin et Camille Grand (Paris: La Documentation Française, 2011).

parte da configuração de aquisições das forças militares até 2020, dentro de dada estrutura financeira. Por conseguinte, quaisquer modificações continuarão sujeitas à lei da interconectividade, de acordo com a qual um novo programa deve suplantiar outro, ou vários, a fim de evitarmos problemas orçamentários. Uma vez que tal planejamento congela as diferentes capacidades até 2020, adquire esse um caráter orçamentário e limita o raciocínio estratégico ao período de tempo em questão. A estrutura do período de tempo até 2025 é importante porque oferece âmbito renovado ao raciocínio estratégico, mantendo em mente o objetivo de esclarecer o futuro para que possamos melhor avaliar as decisões tomadas no presente.

Surgem várias abordagens e grande número de parâmetros requerem avaliação, à medida que tentamos planejar o poder aeroespacial para o ano 2025. Dada a dificuldade em criar uma visão definida do futuro que não será mal entendida, este artigo oferece cinco princípios que nos permitem evitar a dupla armadilha: uma visão por demais futurista e desconectada da realidade; ou abordagem sem inovação, devido a restrições impostas por projetos e estudos atuais.

Primeiro Princípio: Como Superar o Raciocínio Atual e Sua Restrição de Idéias Futuras

Embora seja necessário abrir a mente quando se trata de clima de inovação operacional e técnica, o Marechal da Aeronáutica, Sir John C. Slessor faz-nos lembrar que as experiências passadas ainda contêm tremenda fonte de dados e experimentos acessíveis para antecipar futuros interesses.² As visões do futuro ou as experiências passadas não são as que impõem restrições ao raciocínio, mas sim a tirania dos compromissos atuais. A tentação é grande de examinar minuciosamente as operações no Afeganistão, a fim de imaginar modelos de forças futuras, mas o presente é perigoso, porque possui forte legitimidade em países onde os noticiários e a cobertura pela mídia exercem grande

influência em opinião pública. O poder aéreo desempenha função marcante no Afeganistão, mas continua não sendo bem promovido. Por um lado, sua avaliação advém de sucessos que foram tão contínuos como discretos. Por outro lado, a visibilidade de ação reflete-se no engajamento terrestre. Assim, o poder aéreo proporciona vigilância contínua, tornando possível a designação de alvos sigilosos em um país com uma série de obstáculos verticais naturais e manufaturados e oferece ampla gama de efeitos cinéticos e não-cinéticos, liberando-se de restrições terrestres para o transporte de pessoal e equipamento, todo o tempo minimizando as baixas, tanto de civis, como de tropas aliadas.

Vários erros cometidos durante engajamentos tinham a ver com o poder aéreo. Dada a própria natureza da operação e da luta, empregamos o poder aéreo em ampla gama de missões, influenciando uma variedade de capacidades relacionadas e em rede que combinam os efeitos para beneficiar a área tática. Esta situação reflete tanto a magia como a perversidade de operações em rede. O que queremos dizer é que a integração de capacidades, cada vez mais versáteis, que cooperam em modos operacionais abertos, não importa o nível de uso a que pertencem, aumenta a eficácia de ações táticas levadas a cabo em campo. No entanto, esquecemos que em outras circunstâncias, certas capacidades oferecem cursos de ação que produzem grande gama de efeitos estratégicos.

Assim, o uso de casulo de reconhecimento de nova geração em plataforma moderna, como o *Rafale* ou o *F-22*, supriria ao comandante do teatro imagens de alta importância. Ao mesmo tempo levanta a questão: será que o emprego de tais plataformas para esse tipo de tarefa é completo exagero? No entanto, essas plataformas equipadas com esse tipo de sensor, decolando da terra natal e operando sigilosamente há milhares de quilômetros de sua Base, proporcionarão às autoridades competentes informação essencial de forma extremamente rápida—uma função estratégica primordial.

A relevância de plataformas estratégicas não tem a ver, necessariamente, com operações de alta intensidade. Quando o *Mirage IV* foi

cancelado em 2005, após 41 anos de serviço fez com que a França negligenciasse, por certo período de tempo, missões de longo alcance, quer sejam de reconhecimento ou de ataque sigiloso contra alvos altamente valiosos. As operações recentes, inclusive o conflito no Afeganistão, geraram experiências táticas que ignoravam essa habilidade—importante para toda nação poderosa—que é aproveitar a consistência líquida aeroespacial para levar a efeito missões estratégicas contra alvos distantes. Pode ser que a falta de tais capacidades nos levaram a pensar que são imprestáveis. Quando isso acontece, os engajamentos passados oferecem o esclarecimento necessário. O posicionamento prévio de forças encobria os benefícios de projeção imediata. Contudo, novas áreas de interesse, mais distantes—juntamente com a necessidade de certas missões sigilosas—renovam a relevância de capacidades cuja onipresença permite a compilação de inteligência ou o ataque – quase sem aviso prévio – até mesmo contra alvos à grandes distâncias.

As operações na Líbia ilustram muito bem a situação. Dentro dos parâmetros da Resolução 1973, aprovada no dia 17 de março de 2011 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, após iniciativa Franco-Britânica, o engajamento de forças aéreas (em primeiro lugar, com a atuação da França já a 19 de março [Operação *Harmattan*] e logo após com a da Organização do Tratado do Atlântico Norte que teve início no dia 24 de março [Operação *Unified Protector*]) demonstraram as vantagens estratégicas oferecidas pela arma aérea em termos de alcance, adaptabilidade e ataque à longa distância. As primeiras bombas usadas durante essas operações aéreas foram lançadas pelos *Mirages 2000D* e *Rafales* da Força Aérea da França que haviam decolado poucas horas antes de suas Bases (Saint Dizier e Nancy), localizadas há mais de 3.000 quilômetros da área de intervenção. As operações de interdição, reconhecimento e ataque de grupo levadas a cabo dentro do espaço aéreo da Líbia demonstram a diversidade de missões levadas a cabo pelas forças aéreas. Até mesmo aquelas em ambiente menos permissível do que teatros como o Afeganistão, devido a existência, admitidamente limitada de ameaças superfície-ar. Essas operações sobre a Líbia, oficialmente concluídas no dia 31 de outubro de 2011, trazem à mente a im-

portância de não se manter o enfoque somente em operações de contra-insurgência. Não importa se caracterizam a era moderna.

A colocação em prática de experiências obtidas durante as operações atuais é fácil e sem risco, porque legitimizam o investimento feito. No que diz respeito ao poder aéreo, se a última década concentrou-se em operações táticas, tudo sugere que o enfoque futuro será ações estratégicas, ou uma combinação de ambas—o primeiro aspecto influenciando quantidades e o segundo, clareza e identidade.

Em última instância, as missões estratégicas—da forma como foram ilustradas pelas operações na Líbia, entre outras—colocam em destaque o puro poder de uma força aérea que opera para o único benefício de forças terrestres. De fato, pode ser que essas missões representem certa transição entre esta década tática e o futuro, algo que o poder aéreo será obrigado a enfrentar. Vale muito mais a pena considerá-las como advertência acerca de possível risco quando reduzimos o poder aéreo à dimensão tática. Considerar a arma aérea dessa forma exigiria demasiado de suas capacidades e prejudicaria a perícia que define seu engajamento.

Segundo Princípio: A Distinção entre Efetores, Sistemas e Plataformas

O poder aéreo futuro provavelmente deixará de basear-se tanto em sistemas de plataformas, como agora acontece. Uma plataforma em si, nada é. A distinção entre efetores, sistemas e plataformas permite maior flexibilidade e certamente maior adaptabilidade.

Efetores Produzem Efeitos

A eficácia da missão depende de efetores (armamentos ar-ar ou ar-superfície, câmeras, casulo de compilação de dados, canhões ou outros dispositivos). Diferentes plataformas podem utilizar o mesmo efector. Os efetores tornar-se-ão mais variados, a fim de adaptar-se ao poder,

letalidade, uso e precisão da força. A credibilidade do poder aéreo jaz na mais completa mescla de efetores que manejam todo tipo de missões. No ano 2025 novos efetores que tornam possível melhor controle de força e engajamento de alvos mais sigilosos farão parte da mescla. Mais tarde, novos efetores surgirão, à medida que desenvolvemos efeitos não-cinéticos, armas inteligentes e armas de energia dirigida. Além do mais, uma combinação de sensores capazes de compilar informação em ampla gama de frequências aperfeiçoará a precisão da inteligência e vigilância.

Os Sistemas Providenciam a Interoperabilidade e Determinam o Nível de Integração da Rede

O sistema faz com que o efector seja mais ou menos eficaz. A tecnologia permite que um sistema sofisticado se adapte à plataformas não sofisticadas. Vejamos, por exemplo, o emprego de aeronaves mais antigas pelos americanos, tais como a A-10 no Afeganistão. Após comprovarem sua sobrevivência, essa aeronave leva a efeito missões de apoio aéreo com perfeição, certamente para aquele tipo de ambiente, onde o desempenho de plataformas de nova geração não é tão ideal. O sistema das A-10 passaram por remodelação completa para levar em consideração a complexidade dos engajamentos, mas seus efetores continuam sendo similares aos das aeronaves mais modernas. A arquitetura aberta do sistema e a capacidade de comunicação com outros sistemas determina sua integração em operações complexas. A proliferação mundial do poder aéreo depende em grande parte da integração dos sistemas em vasta gama de plataformas.

O sistema faz com que os efetores e as plataformas cooperem. Quando chegarmos a 2025 pode ser que vamos começar a levar a efeito vigilância contínua de área com grande precisão e porcentagem apropriada de atualização via satélite. Se a precisão da inteligência obtida via satélite for generalizada, transmitindo do espaço em tempo real sobre dada área, causaria verdadeira reviravolta em termos de capacidade de vigilância.

Finalmente, os sistemas são associados à normas das quais depende a interoperabilidade. Essas normas continuarão a fazer parte do centro de questões essenciais no futuro. Dado o desenvolvimento de redes e capacidade cooperativa, os sistemas serão o objeto de lutas pelo poder, causando problemas, tanto à indústria, como à habilidade de operar em coalizão.

As Plataformas Determinam as Missões

As plataformas estratégicas de longo alcance oferecem acesso e onipresença, quer seja em ataques, reconhecimento ou transporte. Os Estados Unidos distinguem suas plataformas entre estratégicas e táticas. Para um país como a França, que optou por versatilidade, aquilo que aprendeu em conflitos recentes demonstra a necessidade de raciocinar a respeito desse princípio, tanto durante o projeto como em uso das plataformas. Qualquer tipo de análise desse tipo necessita extrair tudo o que se aprendeu do emprego operacional do *Rafale*, da aeronave de transporte *A400M*, aeronaves-tanque e aeronaves multifunção. A flexibilidade de certas capacidades e a integração de ampla gama de equipamento e efetores (desde que possuam arquitetura interoperável) permitem-nos contemplar verdadeiro avanço operacional. No entanto, mesmo se a versatilidade de plataformas facilita múltiplos usos em diferentes níveis, essa característica levanta questões de redundância no nível tático. Como tal, excessiva versatilidade prejudica a compreensão e visibilidade do caráter estratégico de certa capacidade.

Reconhecendo que as frotas podem ser exclusivas e estar em operação durante os próximos 30-40 anos, a maioria dos países faz com que passem por processo de modernização. As forças aéreas devem ser capazes de reagir à velocidade e imprevisibilidade de desenvolvimentos estratégicos e tecnológicos que surgirão em 2025 e daí por diante. Embora a capacidade atual seja evolucionária, deve-se, contudo, examinar o interesse operacional de novas plataformas, tais como aeronaves de transporte pesado à grande distância, possivelmente combinando funções de combate e apoio; aquelas tripuladas, remotamente pilotadas,

ou mesmo sistemas de entrega facultativos – tripulados ou não; aeronaves e sistemas em miniatura que operam de forma aglomerada.

Deve-se fazer mais do que remover as apreensões acerca de preservar a necessidade de flexibilidade para preparar o poder aéreo para sua trajetória rumo a 2025, a fim de migrar em direção a capacidades inovadoras evitando, ao mesmo tempo, armadilhas únicas às frotas. A probabilidade é grande de que os orçamentos e custos de manutenção não permitirão grande aumento em frota. No entanto, manter certas frotas em operação além de 2025 apresentará nova oportunidade de modernização, distinta das atualizações feitas a meio caminho da expectativa de vida de plataformas projetadas para durar 30-40 anos, o que impede a inovação.

Essa situação aplica-se igualmente à capacidades de combate e de transporte. Esclarecemos: pode ser que os recursos de transporte, distâncias percorridas e Bases avançadas favoreçam o desenvolvimento de plataformas com maior ou menor capacidade tática que podem operar de vários ambientes. Podem surgir aeronaves que levam a efeito operações utilizando campos de aviação improvisados (i.e., veículos de mobilidade aérea leves ou pesados) que complementarão frotas de transporte e novas plataformas, tais como helicópteros [e mesmo aeronaves] rápidos ou pesados.

Sempre que possível, deve-se colocar ênfase em simplicidade, empregando soluções pragmáticas, financeiramente acessíveis e apropriadas ao contexto do ambiente operacional e geográfico. O ano 2025 e os que seguirem contarão com muitas plataformas de dupla utilidade, cujos sistemas embarcados irão diferenciar sua capacidade militar.

A vigilância depende do sensor que orienta o raciocínio e oferece cobertura ampla ou limitada, bem como precisão. O sistema cria interoperabilidade, integração e transmissão de dados, dentro do requerido limite de tempo. A plataforma, que determina o uso, faz concessões entre a vulnerabilidade, velocidade e persistência, funciona em diferentes ambientes e é intercambiável.

Uma plataforma primitiva dedicada a ambiente específico e possivelmente derivada de equipamento existente desempenhará tarefas agendadas melhor do que um sistema de entrega de múltiplo propósito genérico. Torres eletro-ópticas de boa qualidade instaladas em transporte tático ou aeronave leve seriam eficazes em certos ambientes e condições de uso. As aeronaves teleguiadas oferecem persistência; as aeronaves de transporte contam com intercambiabilidade e alcance horizontal; e os satélites oferecem extensão vertical e para todos os efeitos, invulnerabilidade. As aeronaves de combate são mais adequadas ao reconhecimento.

As missões de vigilância e reconhecimento são mais eficazes com ampla combinação de plataformas, tais como aeronaves tripuladas ou remotamente pilotadas, teleguiadas e satélites. Uma diferenciação importante jaz na habilidade de se levar a efeito operações dentro ou fora de espaços soberanos. Entretanto, devemos manter em mente que as plataformas outorgam ao poder aéreo sua identidade e que continuam sendo o elemento mais importante de missões executadas no domínio aeroespacial.

A globalização estende a área de interesse global ao redor do mundo, fazendo com que o poder aeroespacial seja ainda mais relevante. A habilidade de alcançar qualquer ponto do planeta via ar e espaço sideral realça a importância do comando de ambos os espaços: endo e exoatmosféricos. Essa luta pelo comando de espaços aéreos envolve confronto aberto entre adversários, ao contrário da situação terrestre ou marítima, onde os cursos de ação assimétricos solapam o equilíbrio. Contudo, em domínio de poder aeroespacial prevalece o mais forte. Os confrontos terrestres as vezes combinam, de modo eficaz, as capacidades modernas, mas a guerra aérea requer força e domínio, uma vez que o adversário nunca é assimétrico. Estamos de acordo de que certos protagonistas não-Estatais [e.g., *Liberation Tigers* do *Tamíl Eelam* (*Tamíl Tigers*) e *Hezbollah*] operaram na terceira dimensão, engajando plataformas, inclusive aquelas teleguiadas, tentando desafiar os poderes aeroespaciais tradicionais no emprego daquela dimensão). A atual corrida

armamentista e a proliferação de aeronaves sofisticadas e sistemas superfície-ar oferecem a melhor ilustração da força e predominância exigidas pela guerra aérea. As plataformas são os componentes mais óbvios de domínio.

As missões estratégicas de longa distância, convencionais ou não, também dependem de plataformas. Essas missões, juntamente com o controle do espaço aéreo, caracterizarão o poder aéreo futuro. Contudo, o apoio ao combate, reconhecimento, mobilidade dentro do teatro ou ataque terrestre – todos menos estratégicos por natureza, dependendo do nível de controle espacial – tomam conta do recado com plataformas primitivas.

Frequentemente, as capacidades aeroespaciais atraem crítica, porque são dispendiosas. Assim, capacidades mais flexíveis satisfariam as necessidades de melhor modo, ao mesmo tempo mantendo o custo sob controle. Essa abordagem deve orientar o poder aeroespacial, à medida que se adapta às futuras circunstâncias e resiste à demasiada dependência em efetores, sistemas e plataformas versáteis. Embora não determinem quantidades, as plataformas relacionadas a controle espacial e missões estratégicas darão ao poder aéreo sua clareza, condicionando sua identidade, como o fizeram no passado. Seguindo tal lógica, a distinção entre efetores, sistemas e plataformas caracterizarão o desenvolvimento do panorama industrial futuro, bem como a cooperação nacional ou internacional.

Terceiro Princípio: O Bom Critério para Futuros Sistemas

A capacidade consiste em efetores, um sistema e uma plataforma. O operador, o elo mais importante, quer dentro ou fora da plataforma, produz o efeito. Com novos sistemas, tais como aeronaves teleguiadas, o operador principal controla o sensor, uma vez que todo ou parte do voo pode ser automatizado. Essa disposição intimamente vincula o operador ao efector. Anteriormente, o sucesso da missão dependia mais

em pilotar a plataforma. Essa nova função dos operadores leva à reformulação total de habilidades e treinamento.

O poder aéreo dependerá mais da cooperação de várias capacidades. O reabastecimento aéreo, por exemplo, fortalece a natureza estratégica de sistemas de entrega, outorgando a eles maior alcance. O mesmo avião-tanque serve de transmissor de foto ou vídeo, oferecendo operação em tempo real. Os elos de dados aumentam a eficácia da missão, quer seja em controle de espaço ou cooperação com as forças terrestres ou marítimas. Os sistemas de vigilância alimentam as capacidades de combate, oferecendo situações atualizadas.

Esses exemplos possuem a tendência de continuar a multiplicar-se, permitindo a qualquer capacidade aérea melhor adaptação a maior número de ambientes, gerenciamento de dados, criando o efeito apropriado com o ritmo correto. Essa cooperação entre as capacidades – o resultado de protagonistas em rede que operam em todo tipo de ambiente – será ilimitada, à medida que os satélites rompam as barreiras do âmbito visual. As limitações dependerão somente do setor humano. Por exemplo, a maneira como o poder aéreo gerenciará a informação dependerá da habilidade dos seres humanos. A coexistência de diferentes plataformas e suas capacidades de comunicação, tanto em teatro como ao redor do mundo decuplicará sua eficácia em 2025 e anos seguintes. A tecnologia tornará tudo possível.

Embora os patamares tecnológicos atuais criem condições de igualdade—ao contrário da situação em gerações anteriores, quando a habilidade do piloto de combate era o que valia—a habilidade de integrar e de se encaixar em redes complexas provavelmente será o fator determinante. Os Militares da Força Aérea não possuirão compreensão equitativa de sistemas complexos. Alguns contarão com a capacidade e o treinamento para elaborar redes e compreender seu lugar em ambientes incertos, dentro dos quais podem determinar seu perímetro de responsabilidade. Outros somente atuarão em número limitado de redes. Essas diferenças serão fundamentais durante planejamento, operações e comando e controle, criando, inevitavelmente, disparida-

des mais abrangentes. Devemos estar preparados para tal eventualidade, analisando as habilidades relacionadas para encaixá-las ao treinamento. Consequentemente, a atual reforma militar na França produziria efeito colateral benéfico. Isto é, ao compreender sua posição nas novas organizações e redes complexas que envolvem muitos protagonistas, os indivíduos indiretamente prepararam-se para ambientes operacionais futuros.

Quarto Princípio: Como Reconhecer a Dependência da Integração Conjunta em Poder Aéreo

O espaço aéreo é um ambiente compartilhado. Todas as forças mundiais incluem membros de suas forças aéreas que contribuem ao desenvolvimento do poder aéreo. Os Militares da Força Aérea continuarão sua associação com todo tipo de engajamento, de uma ou outra forma, através de transporte, ataque, ataque terrestre, apoio, vigilância ou missões de inteligência.

Esses militares serão indispensáveis. O Soldado de Infantaria no Afeganistão não vê o Militar da Força Aérea. Contudo, esse último está presente em toda a parte—pilotando aeronaves teleguiadas; levando a efeito a integração com as tropas de elite; controlando missões de apoio aéreo aproximado; pilotando aeronaves de combate ou de transporte; operando estruturas de comando e controle; possibilitando a fusão de informação; e providenciando dados atualizados aos comandantes no teatro de guerra. Quando os Militares da Força Aérea operam em todo tipo de ambiente, garantimos a liberdade de movimento. A interligação da rede e coordenação de todas as capacidades permitirão que se encaixem inteiramente às operações de forma ainda mais aprimorada.

Embora o trabalho conjunto dos Estados-Maiores já exista há muito tempo, necessitamos melhorias em campo. A assimilação da função do poder aéreo em todos os aspectos da execução de certa operação facili-

tará a verdadeira integração conjunta, permitindo cursos de ação mais integrados. Conseguiremos isso somente se todos os componentes do poder aéreo forem interconectados em redes comuns não divididas em segmentos ambientais, tais como ar-terra ou ar-mar. A completa integração das capacidades aéreas de diferentes ambientes e ramos das forças armadas aperfeiçoarão a cooperação conjunta na área tática.

Quinto Princípio: A Ascensão do Poder Aéreo Será Ainda Maior, Dinamizando os Limites Industriais Futuros

O ano 2025 provavelmente presenciará inovações, tais como a utilização mais flexível do espaço sideral e o emprego corriqueiro de aeronaves teleguiadas em média e elevada altitudes. O auto-destacamento de aeronaves teleguiadas e sua integração ao tráfego aéreo dará à tais plataformas caráter estratégico, colocando-as em posição central do poder aéreo e permitindo maior emprego interdepartamental. Em futuro mais distante, os avanços técnicos levarão ao desenvolvimento de aeronaves estratosféricas teleguiadas (plataformas de altitude elevada), agregando os benefícios de maior persistência e observação espacial, sem sofrer as desvantagens dos ambientes aéreo e espacial. Quando a tecnologia estiver disponível, o uso da estratosfera—espaço hoje ainda livre—será questão importante para o tráfego civil e militar. Os primeiros veículos a utilizá-lo provavelmente serão aeronaves teleguiadas de grande resistência. Uma vez que o acesso a esse domínio ficar generalizado, a natureza de seu primeiro uso, civil ou militar, determinará o desenvolvimento de regulamentos futuros.

Até 2025 provavelmente presenciaremos missões espaciais, tais como a remoção de satélites da órbita terrestre, bem como a interceptação ou destruição de veículos espaciais. Sem dúvida, certos países encaminham-se a esta direção, após descobrir que os investimentos não são tão caros como se pensava. Qualquer país que desejar grande papel de protagonista espacial deve formular uma estratégia que in-

centive a evolução da perícia e tecnologia necessárias. Por exemplo, o lançamento de módulo de suprimento à estação espacial e seu controle terrestre demonstram verdadeira habilidade nesse campo. Apesar de restrições orçamentárias, a continuação de estudos, tais como aqueles projetados para desenvolver módulos de interceptação espacial reativos serão essenciais para controlar a futura liberdade de ação no espaço.

O rumo ao ano 2025 também envolve interesses industriais. Com respeito à áreas progressivas, como o espaço ou aeronaves teleguiadas, as forças armadas continuarão a desempenhar a função de força motriz e entrar em parcerias com o setor industrial para futuros desenvolvimentos. Tais interesses dependerão da acomodação dos militares acerca de regulamentos existentes ou futuros, bem como investimento em recursos humanos e financeiros necessários para garantir a liberdade de uso e movimento em ambientes compartilhados.

Conclusão

Somente as decisões feitas no momento oportuno serão corretas. Se estivermos certos cedo demais é o mesmo que deixar passar as oportunidades. O planejamento do futuro envolve prever as consequências das decisões atuais, levando em consideração o que já aprendemos. O poder aéreo possui uma grande restrição, à medida que tenta imaginar o futuro: mais do que qualquer outra força, está sujeito a desenvolvimentos técnicos. Embora certas áreas recebam a inspiração das grandes batalhas de outrora e princípios de guerra prestabelecidos, os avanços tecnológicos modificam a evolução da estratégia aérea. Essa dimensão está sobreposta à outras, o que complica o raciocínio.

Uma realidade complexa, em 2025 e anos seguintes, combinará veículos tripulados e remotamente pilotados—ou até mesmo optativos. A continuidade de espaços *endo* e *exoatmosféricos* ficará mais óbvia. As plataformas mais e menos sofisticadas operarão lado a lado, forçando a sobreposição de empregos civis e militares. Além do mais, a terceira

dimensão presenciará toda classe de confrontos. Tal complexidade continuará a atrair crítica, porque aquilo que é difícil de compreender tende a intimidar. Uma nova dimensão, a comunicação, tomará a prioridade, a fim de explicar como protagonistas em vários ambientes receberão os benefícios desses desenvolvimentos, originando dificuldades em treinamento, integração do poder aeroespacial no futuro e, em consequência, a identidade daqueles que controlam a capacidade aeroespacial.

As operações ar-terra permanecerão vinculadas ao ambiente terrestre, da mesma forma que as ações ar-mar estarão restritas ao ambiente marítimo. O âmbito completo de missões estratégicas e de comando e controle continuará central à identidade aeroespacial do militar de uma força aérea irrestrita que abrange todos os ambientes. Essas missões recuperarão todo seu significado até 2025. A jornada rumo a 2025 tomará lugar em ambiente aeroespacial. Mais do que nunca, devemos elucidar o futuro, a fim de tomar as decisões corretas acerca do nosso pessoal e capacidades. □

Notas

1. Peter F. Drucker, *Management: Tasks, Responsibilities, Practices* (Oxford, UK : Butterworth-Heinemann, 1974), 121.
2. J. C. Slessor, *Air Power and Armies* (1936; repr., New York: AMS Press, [1982]), x.



Ten Gen Denis Mercier, Força Aérea da França

Formado pela Academia da Força Aérea da França (Classe do Capitaine Caroff de Kervezec, de 1979), recebeu a licença de piloto de caça em 1983. Qualificado no Mirage F-1C e 2000C como membro e líder de esquadrão na Base Aérea Orange e na Base Aérea Dijon (Esquadrões 1/5 “Vendée” e 3/2 “Alsace”; e 2/5 “Ile-de-France”). Em 1990 foi o Oficial Comandante Assistente e logo após Oficial Comandante do Esquadrão 1/12 “Cambrésis” no Mirage 2000C (Base Aérea Cambrai). Em 1994 foi o Chefe Assistente no Gabinete de Recursos Humanos no Comando de Combate Aéreo em Metz. Ingressou ao Collège Interarmées de Défense (Paris) em 1996, antes de ser designado à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, Gabinete do Estado-Maior para o planejamento operacional conjunto (Creil). Em 1999 foi nomeado Chefe Assistente do Departamento da Força-Tarefa Conjunta para o Comando Norte da OTAN (Brunssum, Países Baixos) antes de assumir o Comando AB 112 “Commandant Marin-la-Meslée” em Reims em 2002. Em 2004 ingressou ao Estado-Maior da Força Aérea como Chefe Assistente e mais tarde como Chefe de Planos. Foi promovido a Brigadeiro General no dia 1 de dezembro de 2007. Foi o Assistente Chefe do Estado-Maior “Performance-Synthèse” do Estado-Maior da Força Aérea. Em 2008 assumiu o Comando das Escolas de Oficiais da Força Aérea em Salon de Provence, antes de vir a ser o Assessor Militar Assistente ao Ministro de Defesa e Assuntos de Veteranos em 2010. Foi promovido a Tenente General em 1 de fevereiro de 2011. Um Oficial da Legião de Honra e da Ordem de Mérito Nacional, conta com 3.000 horas de voo, inclusive 182 delas em missões de combate.

A Operacionalização do Conhecimento

O Combate Bélico Norteamericano e sua Percepção:
Outro Capítulo da Saga . . .

Philip Kao*



A guerra é uma série de erros de cálculo

—Barbara Tuchman

Este artigo considera o que mudou em administração bélica, especialmente na maneira como os líderes de patente intermediária—de tenentes a coroneis e certos suboficiais—enfrentam, debatem e desincumbem seus deveres dentro do contexto operacional de guerra. Em terminologia militar moderna os Estados Unidos e muitos militares ao redor do globo dividem a guerra em três setores: estraté-

*Anteriormente, apresentei um esboço deste artigo em *Soldiering: The Afterlife of a Modern Experience* na Universidade de Harvard, no Centro de Ciências Humanas durante a Conferência Anual dos Estudantes de Pós-Graduação [Annual Interdisciplinary Humanities Graduate Student Conference, the Humanities Center, Harvard University], 22–23 Abril 2011.

gico, operacional e tático. A maioria das pessoas percebe o militar como simples entidade tática—alguém que entra em combate com o inimigo em proximidade física imediata, levando a cabo manobras dentro de domínio específico, tais como no campo de batalha, mar e ar. Contudo, este artigo, trata da arte da guerra sob a perspectiva operacional: uma prática, um ponto de vista e uma série de conceitos organizacionais e de planejamento situados entre a tática e a estratégia.

Até certo ponto, este estudo trata do assunto de forma teórica. Muitos dos conceitos debatidos, colocados à prova e postos em prática pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos (*DoD*) parecem vagos e sem limite ou conclusão pré-estabelecida. Todavia, tentamos dar ao leitor uma descrição dos debates que continuam sendo travados na instituição militar—debates que não se encontram com facilidade no domínio público. Como mencionaremos mais tarde, o setor operacional da guerra não é somente um conceito organizacional ou mesmo burocrático. Pelo contrário, é um espaço em disputa, um nexos de teoria e procedimentos preestabelecidos, onde o padrão de redes inimigas e uma tentativa de jogar com ideias e esquemas, tais como sistemas adaptáveis complexos, estruturam a formação de unidades militares e organizações reais. Os debates promovidos em vários *blogs* voltados aos soldados profissionais, tipo “monge guerreiro”, tais como o *Small Wars Journal*, tentam transformar o setor operacional da guerra em retórica. As diferentes formas de conceber o inimigo e de fazer com que propósitos políticos tenham sentido, bem como a resolução final desejada para campanhas militares não são somente banalidades deixadas à estratégias de alto teor ou aquelas lideradas por civis. Tampouco são ignoradas ou simplesmente esquecidas pelos militares, como talvez se suponha. Essas questões, de certa forma, são tratadas de forma mais intelectual e intensa pelos membros da força que desempenham as funções no setor operacional do que pelos políticos e líderes civis nacionais.¹

A estrutura do artigo é simples. Primeiro, oferece breve relato da história do setor operacional da guerra, inclusive maiores discussões e aprimoramento de definições, juntamente com a análise de desenvol-

vimentos recentes em raciocínio operacional, funções e áreas de responsabilidade. Após o que apresenta exemplo de entidade de comando e controle organizacional (C2)—os quartéis-generais da força conjunta do Comando das Forças Conjuntas dos Estados Unidos [*US Joint Forces Command's Standing Joint Force Headquarters – SJFHQ*], a fim de colocar em destaque até que ponto o projeto de campanha e planejamento tornaram-se epistemológicos, burocráticos e cognitivos no setor operacional. Algumas dicas referentes a como as questões de defesa e desenvolvimento se relacionam e vêm a ser um “sistema de sistemas”, que requer novos tipos de raciocínio e adaptação, fluem naturalmente do caso que apresentaremos.

O Setor Operacional da Guerra

Em senso amplo e limitado, a estratégia militar trata de resultados geopolíticos da guerra ou dada campanha. Um modo de ver a estratégia de maneira mais matizada leva em consideração os modos como as organizações militares empregam estratégias e colocam em execução certas ideias e práticas, a fim de obter objetivos específicos.² A estratégia abrange agendas de ordem elevada, tais como segurança nacional, manutenção de paz e economia (inclusive a economia do conflito).³ Situado entre os setores tático e estratégico, *o setor operacional da guerra* é um termo relativamente ausente da História da terminologia e raciocínio militar Anglo-Saxônicos.⁴ O setor operacional empenha-se em traduzir os objetivos estratégicos a planos militares de campanha, enfocando-se na combinação de táticas empregadas para assegurar a vitória decisiva sobre o inimigo. Os membros da Força e empreiteiros de defesa no teatro que trabalham no setor operacional projetam campanhas e regem as operações (utilizando, não somente, recursos militares, mas também econômicos e políticos). Oficialmente, o setor operacional da guerra surgiu pela primeira vez na doutrina militar norteamericana em 1982.⁵ De acordo com uma publicação de doutrina conjunta, “O setor operacional vincula o emprego tático de forças aos objetivos nacionais e militares. Aqui o enfoque encontra-se no projeto, planejamento e exe-

cução de operações, usando a *perícia operacional*: o emprego de imaginação criativa pelos comandantes e estado-maior (. . .) para projetar estratégias, campanhas e grandes operações, e organizar e empregar forças militares” (grifo original).⁶ Embora os limites entre estratégia, operações e tática seja bastante opaco, as operações chegaram ao ponto de abranger a maior proporção do projeto e planejamento da campanha. Jacques Richardson adiciona que “a estratégia tende, assim, a ser linear e estável, (enquanto que) as operações (são) lineares mas com frequência de estabilidade imprevisível”.⁷ Assim, o termo *perícia operacional*, descreve as habilidades, conceitos operacionais e o “padrão da perícia” para idear campanhas bem sucedidas no setor operacional. Nesse setor, os membros das forças militares servem de canais e tradutores entre a estratégia e a tática. Também são os que organizam o conhecimento, extraem os dados e gerenciam o processo. Mais do que qualquer outro, o setor operacional formatou a crescente burocracia da guerra e expandiu o complexo militar-empregado/conhecimento-economia.

O advento de novos sistemas ferroviários e o aumento de exércitos modernos na última metade do Século XIX significou que a logística necessitava de maior planejamento e que o destino da guerra provavelmente não dependeria do resultado de uma ou duas batalhas decisivas, mas sim do resultado de uma série de embates estratégicos. Essa perspectiva deu origem à noção de que uma guerra de aniquilação não seria mais sustentável ou desejada. As operações táticas requerem maior planejamento a meio termo e visão estratégica. No início do Século XX, os analistas russos e alemães da era soviética desenvolveram técnicas para flanquear o inimigo, bem como vários estilos de ataque, inclusive o *blitzkrieg*, que constituíam o planejamento e coordenação operacionais antigos. A progressão de batalhas táticas no tempo e espaço ficou sendo associada ao setor operacional da guerra: um setor de “grandes táticas” que leva a cabo decepção, ataques de profundidade, golpes contra o centro de poder do inimigo e utiliza o elemento surpresa.

O setor operacional da guerra evoluiu muito desde a Segunda Guerra Mundial. A guerra de atrição não mais é a estratégia principal. Em lugar de enfoque em destruição cumulativa, as forças armadas utilizam manobra *relacional* [*relational maneuver*: É um termo militar manufaturado. O objetivo não é destruir a substância física do inimigo como um fim em si. Ao contrário, é incapacitar via algum tipo de distúrbio sistêmico, sem se importar se aquele “sistema” é estrutura de comando, apoio logístico, método de travar guerra ou mesmo um sistema técnico], a fim de desarticular um sistema inimigo, tendo como alvo seus pontos fracos. Em manobra *relacional*, iludir a força inimiga é o objetivo principal. Edward Luttwak elucida que enquanto a guerra de atrição depende de recursos, a manobra *relacional* depende de conhecimento.⁸

No contexto atual, o setor operacional cresceu em tamanho e alcance. Muitas pessoas creem que os debates no nível estratégico nacional acerca de como e porque travamos guerra raramente estão firmemente fundamentados na evolução da natureza da guerra operacional. Pelo contrário, os termos políticos nacionais abstratos empregados nesses debates pouco esclarecem exatamente em que consistem as operações e as complexidades da guerra. Justin Kelly e Mike Brennan observam que nossos líderes civis nacionais tornaram-se nada mais do que protagonistas marginais e patrocinadores “estratégicos” da guerra.⁹ A guerra como experiência e empreendimento nacionais ficou cada vez mais separada da vida civil e da administração governamental. Uma vez que a política contemporânea exige guerras breves, menores desdobramentos e poucos vestígios de combate, o nível operacional permanece com sérias dificuldades. Deve discernir campanhas compreensivas que se estendem através de ampla gama de domínios, envolvendo objetivos militares tradicionais, construção nacional e desenvolvimento. Conceitos reformulados e “filosofias funcionais” ressuscitadas, tais como a campanha de *choque e pavor*, bem como conquistar o povo *de corpo e alma* e o projeto operacional sistêmico são exemplos das recentes obsessões em perícia operacional. A tendência a perceber e reformular o inimigo como sistema adaptável complexo e a ênfase

em gerar novos processos em tomada de decisões baseados em ciclos de insumo ‘perceber-decidir-agir-adaptar’ continuam a fazer parte das missões atuais.

Operações Baseadas em Efeitos e os Estabelecidos Quarteis-Generais da Força Conjunta

Os desenvolvimentos recentes em raciocínio operacional levaram a novas estruturas e conceitos organizacionais—as mudanças impulsionadas pelo enfoque militar em conhecimento e gerenciamento de informação. A Inteligência não mais só tem a ver com a revelação de segredos ou em como decifrar códigos. Pelo contrário, os profissionais competentes compilam vasta quantidade de informação e transformam a base de dados em elaboradas redes epistemológicas, mapas e sistemas. Os chavões, tais como *transformação e campo de batalha do conhecimento* reverberam em salas de reunião e são o enfoque em rituais de apresentações de *PowerPoint*. A proximidade da complexidade dá de encontro com a obsessão do engenheiro em planejamento. O que logo emerge são conceitos organizacionais, elogiados como multiplicadores de planejamento e sistemas de armas C2. Necessariamente, as questões de desenvolvimento também são admitidas ao rebanho, especialmente durante as fases pós-conflito, para lidar com a estabilização, transição e reconstrução. Em relato bastante revelador da assim denominada *mission creep*, [i.e., quando um projeto ou missão expande além de seus objetivos originais], H. R. McMaster em capítulo que detalha o planejamento civil-militar eficaz, assevera que “os planos operacionais devem identificar e fazer avançar as diretrizes macroeconômicas que removem os obstáculos ao crescimento econômico (por exemplo, impedimentos jurídicos ao investimento estrangeiro direto e subsídios que causam o desinteresse em iniciativas empresariais ou que incentivam a corrupção) e providenciam ambiente econômico estável (tais como baixa inflação).”¹⁰

Minha experiência em *SJFHQ* no Comando das Forças Conjuntas [*Joint Forces Command in Norfolk*], Virgínia, em 2007 destaca exatamente como opera uma dessas organizações pluridimensionais de planejamento e compilação de informação.¹¹ O *SJFHQ* recebeu a autorização oficial em outubro de 2004, quando o ex-Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, ordenou que cada comando combatente regional estabelecesse seu próprio *SJFHQ* como parte de impulso de transformação maior para apoiar a guerra global contra o terrorismo. O histórico do *SJFHQ*, contudo, abrange muito mais, indo até os experimentos militares e exercícios formulados nos finais da década de 90. Em particular, *Millennium Challenge 2002 – MC02*, um jogo e exercício militar de grande escala que custou aproximadamente \$250 milhões de dólares e que explorou e testou conceitos bélicos futuros, inclusive o advento de novas tecnologias de comunicação e guerra centrada em rede. Consistia de exercícios ao vivo, simulações via computador e protagonistas. O *MC02* exibiu vários conceitos. Alguns não foram muito bem aceitos, enquanto outros que tinham a ver com redes de conhecimento e o emprego eficaz de computadores para compilar e compartilhar informação receberam validação quase que imediata.¹² O *SJFHQ*, em um desses conceitos organizacionais “em jogo” durante o *MC02*, buscou colocar em prática um conceito operacional denominado operações baseadas em efeitos [*effects-based operations – EBO*]. O Maj Craig Barkely define *EBO* como

operações que são planejadas, executadas, avaliadas e adaptadas, baseadas em compreensão holística do ambiente operacional, a fim de influenciar ou mudar o comportamento ou a capacidade do sistema, utilizando o emprego integrado de instrumentos de poder seletos (. . .). O planejamento baseado em efeitos integra elementos diplomáticos, de informações, militares e econômicos, a fim de criar a condição desejada para satisfazer o objetivo nacional. Contudo, é importante lembrar que um efeito descreve o potencial ou condição destinada à infraestrutura política, militar, econômica e social, bem como sistemas de informação, e não os efeitos imediatos do alvo no nível tático.¹³

EBO gerou uma profusão de dispositivos de apoio, bem como conceitos derivados. Concebido como abordagem holística para compreender

o ambiente operacional inimigo, *EBO* tentou influenciar o comportamento gerando e antecipando os efeitos de primeira, segunda e terceira ordem de cada dada ação, ou falta da mesma, através de grande gama de domínios. O inimigo e suas redes foram convertidos em sistema de sistemas intrincados e em evolução, inclusive divididos por categoria, tais como política, militar, econômica, e assim por diante. Como metodologia epistemológica, *EBO* necessitava de nova linguagem, novos índices de avaliação e uma matriz de insumos e rendimentos. Seus quatro componentes em operação faziam parte de outra subdivisão em desenvolvimento baseados em conhecimento, bem como planejamento, execução e avaliação baseados em efeitos. O componente baseado em conhecimento incluía a formação de ambiente de informação colaborativa [*collaborative information environment – CIE*], definido como processo e dispositivo de rede (contatos). A oportunidade de partilha de informação entre os oficiais de planejamento e os membros das forças militares em campo em tempo real foi formalizado. O *CIE* fazia parte de configuração de rede e salas de bate-papo virtuais que fomentavam a comunicação entre organizações civis e militares. A informação compartilhada oferecia dados de analistas de sistema-de-sistemas que podiam interpretar, em suas tentativas de localizar nódulos essenciais e centros de fonte de poder, a fim de planejar uma série de ataques. Nesse meio tempo, a informação compilada e analisada sustentava outro conceito denominado avaliação operacional final [*operational net assessment – ONA*]. Esse conceito funcionava como base de dados em evolução, gerando informação acerca de nações e regiões específicas, bem como vários interessados e o interrelacionamento entre os interessados no contexto de contingências projetadas e históricas. Em teoria, a *ONA* era o barômetro de planejamento do *SJ-FHQ*, servindo de modelo integrado e contínuo da subconsciência institucional.

O *SJFHQ* continha 58 membros básicos, com outros seis analistas de sistema-de-sistemas, de acordo com a necessidade. Estava organizado com o propósito de assistir no rápido estabelecimento de quartel-general de força tarefa conjunta [*joint task force – JTF*]. A preocupação era que

no passado as *JTFs* e o quartel-general da *JTF* eram obrigados a conseguir pessoas no último momento, a fim de reagir a dada crise. Essas crises frequentemente recebem rótulos normativos, tais como *assistência humanitária, recuperação pós-desastre e grandes operações de combate*. Com um grupo separado, não vinculado a comando de força armada específica, e sem necessitar de confiscar recursos do estado-maior de comando combatente regional, tudo isso garantia que o *SJFHQ* estaria a postos e disponível para desdobramento quase que imediato. Além do mais, uma vez que os *SJFHQs* treinavam e trabalhavam juntos em planejamento e dando entrada aos dados na base de dados da *ONA*, já eram coesos, unidos, prontos para servir, formando o centro ao redor do qual o quartel-general da *JTF* iria incorporar-se durante as operações. Os *SJFHQ* foram criados para economizar tempo e para introduzir a flexibilidade, bem como novos conceitos bélicos e operacionais, ao mesmo tempo oferecendo aos militares uma solução de “baixa densidade, leve vestígios, mas em alta demanda”.

A organização *SJFHQ* inclui quatro áreas principais de responsabilidades funcionais: superioridade de informação, planejamento, operações e gerenciamento de conhecimento. O grupo encarregado de superioridade de informação trabalhou com o *CIE* e contribuiu muito para com a *ONA*, como já mencionado. O grupo encarregado de planejamento consistia de peritos, ou indivíduos treinados para localizar os peritos em assuntos pertinentes, em campos diversos como assuntos político-militares, capacidade específica às forças, forças de operações especiais e organizações não-governamentais. Além do mais, os planejadores desempenharam duplas funções, participando em equipes opostas (vermelha/azul), desempenhando diferentes papéis a respeito de como reagiria o inimigo em planos e operações no mesmo campo de batalha. O grupo de operações dentro do *SJFHQ* monitorava missões em andamento, enfocando-se em calcular e rastrear os efeitos de certas ações tomadas pelo *JTF*. Ao mesmo tempo, gerentes de conhecimento desempenhavam suas funções, organizando os dados e oferecendo a orientação em como descobrir informação relevante e oportuna, a fim de levar a cabo várias tarefas.

Em sua vida relativamente curta, os *SJFHQs* foram destacados ao Iraque, Afeganistão, Líbano, Paquistão, Doha, Japão e New Orleans. Os *SJFHQ* providenciaram aos membros de suas equipes um meio para refletir sobre a natureza de interações civis e as tensões e fissuras entre a estratégia, operações e táticas. As *EBO* exigiam projetistas e planejadores de campanha para usar e alavancar grande número de recursos, inclusive aqueles que se encontravam fora do *DoD*. Todos compreendiam que a frase colocar em execução os instrumentos nacionais de poder [*implementing the national instruments of power*] não denotava forma de estratégia coletiva, mas um exercício que envolvia perícia operacional intrincada. Meu trabalho e entrevistas com vários membros do *SJFHQ* revelaram que, de seus desdobramentos e exercícios de treinamento, muitos ficaram cientes da falta de coordenação em relações cívico-militares e a impossibilidade de colocar em operação o conhecimento e os dispositivos que existem teoricamente na abordagem governamental integral.

Defesa e Desenvolvimento

O tipo de planejamento militar estipulado atualmente no setor operacional, especialmente em lugares como o Iraque e o Afeganistão, resulta no que os generais e analistas militares denominam de *mission creep*. As batalhas não são mais só erupções mecanizadas de guerra ou mesmo a coordenação avançada de ataques aéreos/terrestres através de múltiplos escalões. Além do mais, a guerra norteamericana mudou significativamente desde o Vietnã. Os artistas operacionais tentam fazer com que acreditemos que o campo de batalha estende-se através de multitude de domínios. Consequentemente, os Soldados, Marinheiros, Militares da Força Aérea e Fuzileiros Navais funcionam como homens para toda obra, treinando à medida que desempenham as funções. Como dizem meus colegas “voando e construindo o avião ao mesmo tempo”. Os militares futuros servirão de assessores de segurança, treinadores de proteção civil, coordenadores econômicos e de

desenvolvimento e engenheiros civis/elétricos. Em suma, são construtores e consultores ambidextros.

É útil lembrar que durante a descolonização, os cientistas sociais e analistas políticos começaram a tratar as nações recém estabelecidas como problema do mundo real e assunto acadêmico benéfico para pesquisa em ciências sociais e formulações teóricas. Ao mesmo tempo, os estudos nessa área prosperaram lado a lado com a Guerra Fria. O desenvolvimento começou a tomar forma como a “Nova Ordem Mundial” prometendo trazer modernização e progresso aos *Malditos da Terra* de Frantz Fanon.¹⁴ [*Les Damnés de la Terre, redigido durante a luta pela independência da Argélia. Uma exploração do efeito psicológico da colonização no psique to povo*]. Durante esse período, as tradições foram imediatamente reinventadas pelas elites nacionalistas e confrontadas pelos processos de modernização. As teorias e conceitos sociais engajaram-se com inquietudes políticas reais que envolviam o lema “tudo é possível” da era de modernização imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial. Com frequência, essas teorias ajudaram a reproduzir as estruturas de poder da hegemonia Ocidental em sua categorização e tratamento de sociedades como estáveis ou não, desenvolvidas ou não, modernas ou não, e em suma, “coisas” que podiam ser estudadas, compreendidas e controladas.

Os formuladores de diretrizes estrangeiras e sociólogos estavam interessados na transição de sociedades tradicionais a nações-estados modernos e em maneiras de estudar as mudanças na sociedade. As sociedades que não estão sob o controle das nações industrializadas Ocidentais parecem ser voláteis e entrópicas—carentes de desenvolvimento e, por conseguinte, segurança. O desenvolvimento parecia ser proteção contra a insurgência que a defesa tinha que administrar e gerenciar desde o início. Quando voltamos ao presente, esse legado continua a existir: as forças armadas norteamericanas levam a efeito a ordem do dia do ponto de vista operacional que é uma força para o bem.

Se a guerra está entrando em período de renovada sedução, isso não é devido simplesmente a avanços tecnológicos. Para Christopher

Coker, as forças armadas modernas podem levar a efeito golpes cirúrgicos e limitar o número de baixas, porque a guerra é muito mais do que a compilação e avaliação de dados.¹⁵ Em lugar de somente redesenhar o mapa, as novas guerras transformam o mundo ideologicamente. Não é novidade na história mundial. No entanto, a integração de desenvolvimento, assistência humanitária, estabilização pós-conflito e reconstrução de nações à guerra resulta em tipo diferente de renovada sedução. Tudo fica muito mais interrelacionado. Redes densas através de tempo e espaço desafiam a habilidade dos membros das forças armadas a processar informação e a reagir rápida e eficazmente. Como resultado, esse problema afeta a teoria e prática da perícia operacional.

Conclusão

De acordo com Peter Paret “As guerras são travadas não pela vitória mas para alcançar um objetivo além da guerra”.¹⁶ Essa declaração capta não só as controvérsias e a ambivalência em torno da atitude militar norte-americana para consigo mesma e suas recentes missões, mas também para com a guerra que planeja e atribui sentido a esses objetivos no setor operacional. As *EBO* fracassaram ou estão a ponto de fracassar, por motivos diversos. Por um lado, durante a fase de desenvolvimento e experimento do conceito, vários generais líderes expressaram ceticismo acerca da natureza rígida de redes e sistemas desajeitados. Percebem o conceito *EBO* como solução em busca de problema não articulado ou mesmo compreendido. Por outro lado, o *SJFHQ* adotou a estrutura *EBO* como projeto operacional e dispositivo de planejamento. Alguns membros do *SJFHQ* são peritos em uma série de assuntos práticos relevantes—alguns até mesmo desempenharam funções de agentes e intermediários em relações cívico-militares. Na ausência de interagência idealizada no setor de estratégia nacional, o *SJFHQ* tentou replicar e erigir um simulacro de vários pontos de vista estratégicos dos membros interessados (interagências).¹⁷ Os *SJFHQs* e o Comando de Forças Conjuntas Norte-americanas não mais existem. No entanto, o conceito completou a transição terminando com uma série

de capacidades conjuntas vinculadas à logística no Estado-Maior Conjunto. No entanto, as *EBO* continuam a provocar debate. Os críticos, com razão, perguntam como podemos saber com certeza que certas ações levarão a certos efeitos. Outros, contudo, asseveram que *EBO* são úteis em situações específicas e que, recentemente, golpes aéreos e notáveis nelas baseados foram bem sucedidos. Esses debates contínuos parecem refletir a versão de ciência militar do paradoxo da prática-teoria estruturalista/pós-estruturalista: quando tudo que se tem em mente é estrutura, acabamos vendo mudança; e quando estamos obcecados com mudança, é claro que perceberemos estruturas e padrões.

A perícia operacional continuará a evoluir, devido a mudanças bélicas e vice-versa. O pêndulo continua a oscilar. Muitos oficiais militares estão pregando mais do que nunca o retorno de missão mais simplificada e noção operacional mais restrita. Clamam para que os líderes civis adotem uma abordagem de *cima para baixo*, onde a estratégia e a burocracia preparam o caminho para operações simples e bem delineadas e campanhas com objetivos tangíveis realistas. Algo impossível.

O setor operacional da guerra padroniza e sistematiza o modo como os membros das forças armadas planejam e até mesmo passam pela experiência das operações militares. Os projetistas de operações da Força Aérea e Marinha fazem o possível para garantir a interoperabilidade de seus projetos e planos—ou “conjuntos” para usar a frase do momento. Durante os períodos de paz, as forças armadas treinam em conjunto e adotam a terminologia pertinente. O intercâmbio entre eles vai além de refeições/munição.

Mesmo quando a tecnologia e processos, tão vitais ao nível operacional da guerra, distanciam-se tanto dos embates da antiguidade, a uniformidade da experiência compartilhada pelos militares continua sendo a mesma.

Do conforto de uma sala com ar condicionado, diante de telas modernas, validam novos conceitos operacionais e preservam a percepção da situação. Alguns passarão a ser gerentes de dados e projetos em futuras equipes, como o *SJFHQ*. Enquanto isso, as tropas na linha de

frente ficam cada vez mais sofisticadas. Conseguem manter a percepção dos eventos, ainda que fora de proporções realistas. A responsabilidade continua a ser incomensurável. Serão obrigados a confrontar e a interagir com os vários níveis de guerra. Em recente monógrafo acerca de como a perícia operacional devorou a estratégia, Kelly e Brennan declaram que “Um soldado norteamericano em qualquer esquina de rua em Bagdá não só personifica a decisão estratégica de invadir o Iraque, mas também a completa evolução política, social, diplomática, cultural e econômica dos Estados Unidos desde antes da guerra pela independência no Século XVIII. As ações daquele soldado estão repletas de inferências militares de amplo espectro, bem como as diferentes políticas: E.U.A (doméstica), Iraque (interna) e Internacional”.¹⁸ □

Notas

1. Por exemplo, Maj Robert J. Reiss Jr., USAF, declara que “A cadeia operacional (comando combatente, operacional, tático e de apoio), passa do Comandante do Comando Estratégico dos Estados Unidos [*U.S. Strategic Command*] (Base Aérea Offutt) ao Comandante do Comando Estratégico da Força Aérea [*Air Force Strategic Command Commander*] Alcance de Ataque Global e Comando Espacial das Forças Conjuntas [*Joint Forces Command Space and Global Strike – JFCC SGS*] (Barksdale) e depois então ao comandante do Gabinete das Forças Conjuntas [*Joint Service Office*] (Vandenberg) e de lá ao combatente”. O setor operacional é na verdade o *metier* dos planejadores militares. Os líderes civis e políticos cedem essa responsabilidade às forças armadas. Ver o artigo de Reiss, “*The C2 Puzzle: Space Authority and the Operational Level of War*,” *Army Space Journal* 5, no. 2 (Summer 2006): 17, http://www.smdc-armyforces.army.mil/Pic_Archive/ASJ_PDFs/ASJ_VOL_5_NO_2_Article_1.pdf.

2. Ver Scott Sigmund Gartner, *Strategic Assessment in War* (New Haven, CT: Yale University Press, 1997).

3. Michelle R. Garfinkel e Stergios Skaperdas, “Economics of Conflict: An Overview,” em *Handbook of Defense Economics*, vol. 2, *Defense in a Globalized World*, ed. Todd Sandler e Keith Hartley (Amsterdam: North Holland, 2007), 649–709.

4. Edward N. Luttwak, “The Operational Level of War,” *International Security* 5, no. 3 (Winter 1980–1981): 61–79.

5. Field Manual 100-5, *Operations*, 20 August 1982, 2-3; e *ibid.*, maio de 1986.

6. Joint Publication 3-0, *Joint Operations*, 11 August 2011, I-13, http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_0.pdf.

7. Jacques Richardson, *War, Science and Terrorism: From Laboratory to Open Conflict* (Portland, OR: Frank Cass, 2002), 253.

8. Luttwak, “Operational Level of War.”

9. Justin Kelly e Mike Brennan, *Alien: How Operational Art Devoured Strategy* (Ann Arbor, MI: Nimble Books, 2010).

10. H. R. McMaster, "Effective Civilian-Military Planning at the Operational Level: The Foundation of Operational Planning," em *Commanding Heights: Strategic Lessons from Complex Operations*, ed. Michael Miklaucic (Washington, DC: National Defense University Press, 2010), 101.

11. O Comando de Forças Conjuntas fechou as portas em 31 de agosto de 2011.

12. Ver US Joint Forces Command, *Millennium Challenge 2002 Executive Report: Thinking Differently*, March 2003, http://www.ndu.edu/library/docs/MC02Executive_Report.pdf.

Conceitos específicos recebidos sem muito entusiasmo incluem a projeção de força; operações de informação; ações táticas conjuntas; Inteligência, Vigilância e Reconhecimento Conjunto; superioridade de decisão, bem como três iniciativas: o Centro de Treinamento Nacional Conjunto, a Iniciativa de Fogo Conjunto e Sistema de Ensaio de Planejamento de Missão *en route* [*Joint National Training Center, Joint Fires Initiative, and Joint Enroute Mission Planning Rehearsal System-Near Term*]. Outros conceitos validados incluem a informação colaborativa, quartéis-generais de força conjunta, grupo conjunto de coordenação interagencial, operações baseadas em efeitos e avaliação operacional final.

13. Maj Craig A. Barkley, *The Standing Joint Force Headquarters: A Planning Multiplier?* (Fort Leavenworth, KS: School of Advanced Military Studies, US Army Command and General Staff College, 2006), 15, <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA449950&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>.

14. Para maiores informações acerca da área de estudos, ver Pinar Bilgin e Adam David Morton, "Historicising Representations of 'Failed States': Beyond the Cold-War Annexation of the Social Sciences?," *Third World Quarterly* 23, no. 1 (February 2002): 55–80; David A. Hounshell, "Epilogue: Rethinking the Cold War; Rethinking Science and Technology in the Cold War; Rethinking the Social Study of Science and Technology," *Social Studies of Science* 31, no. 2 (April 2001): 289–97; Christopher Simpson, ed., *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War* (New York: New Press, 1998); e David Szanton, ed., *The Politics of Knowledge: Area Studies and the Disciplines* (Berkeley: University of California Press, 2004).

15. Christopher Coker, *The Future of War: The Re-enchantment of War in the Twenty-First Century* (Oxford, UK: Blackwell, 2004), 35.

16. Peter Paret, *The Cognitive Challenge of War: Prussia 1806* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009), 3.

17. Toda pessoa que já trabalhou para o DoD e/ou Departamento de Estado pode confirmar que a estratégia militar e as operações não estão bem sincronizadas com todas as interações. O Conselho de Segurança Nacional delibera a respeito de questões de segurança nacional [*National Security Council*], mas até mesmo este órgão está à mercê de política. Alguns membros possuem maior poder que outros. Ver David J. Rothkopf, *Running the World: The Inside Story of the National Security Council and the Architects of American Power* (New York: PublicAffairs, 2005).

18. Kelly e Brennan, *Alien*, 68.



Philip Kao

Bacharelado pela Universidade de Chicago e o Mestrado em Ciências pela *London School of Economics*. Prepara-se para defender tese (Doutorado) em Antropologia Social na *University of St. Andrews*. Certos aspectos de sua pesquisa referem-se à Etnografia Organizacional. Desempenhou funções durante o processo de encerramento de Bases no Gabinete do Secretário de Defesa/ Programa de Análise e Avaliações. Bolsista em Gerenciamento Presidencial para o Comando de Forças Conjuntas dos Estados Unidos. Durante esse período desempenhou funções junto à OTAN/Membros para a Parceria para a Paz em planejamento de exercícios militares. Passou seis meses no Gabinete do Coordenador para Reconstrução e Estabilização (agora denominado *Bureau of Conflict and Stabilization Operations*), buscando meios para operacionalizar a interagência. Estagiário na *National Defense University / Industrial College of the Armed Forces* onde assistiu na compilação de currículo para o curso de *Economics of National Security Strategy*.

O Intercâmbio de Cartões de Visita

O Impacto da Lei de Autorização da Defesa Nacional de 2012 em Reação a Desastres Domésticos

Cel John L. Conway III, *USAF*, Reformado

Este ano a Lei mencionada acima modificou o Código Civil, a fim de permitir ao Secretário de Defesa (sob a orientação do Presidente) mobilizar os componentes da Reserva involuntariamente por um período de até 120 dias, em reação a desastres naturais ou provocados.¹ Essa mudança adicionará mais de 380.000 Soldados, Marinheiros, Militares da Força Aérea e Fuzileiros Navais a fim de convocar as forças de emergência, em potencial, para pela primeira vez assegurar uma reação de “todos” os militares durante tais eventualidades.

Embora os governadores há muito tempo possuam a autoridade para mobilizar as tropas da Guarda Nacional, os destacamentos de Reserva não estavam disponíveis, devido a ausência de dispositivo jurídico para autorizar a convocação involuntária em casos de assistência a desastres. Essa situação tornou-se clara duas semanas após o impacto do Furacão Katrina, quando aproximadamente 66.000 membros das forças armadas presentes na área afetada, contavam com somente cerca de 1.900 reservistas (juntamente com 45.871 membros do Exército e da Guarda Nacional Aérea e 18.276 tropas em serviço ativo).

Tal mudança atuará como força multiplicadora. No entanto, a maior parte dos desastres naturais não chega a ponto de necessitar a intervenção federal. Conseqüentemente, os membros da Guarda Nacional permanecerão como os “primeiros em cena” de seus Estados durante a maior parte dos incidentes. Além do mais, o incidente deve ultrapassar os recursos estatais. O Governador também deve requerer que o go-

Nota da Redação: O Título 10 do Código dos Estados Unidos delinea o papel das Forças Armadas. Proporciona a base jurídica para as funções, missões e organização de cada uma das Forças e do Departamento de Defesa da nação].

verno federal declare a zona afetada como grande área de desastre antes de o Presidente autorizar a assistência federal. Caso seja necessário o apoio do Departamento de Defesa (*DoD*), tem sentido convocar os Reservistas Título 10, antes de invocar recursos do serviço ativo, em virtude de menores distâncias a percorrer (na maioria dos casos), conhecimento detalhado da localidade e, obviamente, a disponibilidade de apoio local.

Na verdade, a maior parte das forças de Reserva incrementará a capacidade existente da Guarda. Por exemplo, incluir os nove esquadrões de *C-130* do Comando de Reserva da Força Aérea [*Air Force Reserve Command*] à frota de transporte aéreo da Guarda Nacional aumenta a disponibilidade de carga aérea tática em 30 por cento. Os outros componentes da Reserva também podem contribuir recursos de asas fixas e giratórias para suplementar a Guarda Aérea. A Reserva da Marinha possui 15 esquadrões de frota de logística de apoio em todo o país, equipados com aeronaves *C-130T*, *C-40*, *C-20*, e *C-9*. Os *C-130Ts* estão baseados, tanto na Costa Leste como na Oeste, bem como na Estação Aérea Naval de New Orleans. Os *C-40s*—para carga militar, equivalente ao *Boeing 737-700*—também estão localizados em ambas as Costas e na Estação Aérea Naval da Base de Fort Worth Reserva Conjunta, Texas. A Reserva do Corpo de Fuzileiros Navais conta com *KC-130Fs/Js* também em Fort Worth e *KC-130Ts* no Norte do Estado de New York. O 11º Comando da Aviação da Reserva do Exército supervisiona grande número de recursos de asa fixa e giratória ao redor do país, inclusive aeronaves a jato *C-12* em Fort Hood, Texas e na Base Dobbins, Reserva Aérea, Georgia, bem como os novos helicópteros *Medevac Blackhawk* em Fort Knox, Kentucky. Todas essas plataformas, em potencial disponíveis durante emergência declarada, cobririam uma variedade de cenários de desastres naturais e estão presentes em números que permitem reação a mais de uma crise ao mesmo tempo. Além de carga aérea, todos os quatro componentes de reserva Título 10 possuem pessoal médico, de engenharia e destacamentos de transporte, bem como grande variedade de outras perícias que podem colocar à disposição durante qual-

quer desastre maior. Apesar dessa abundância em novos recursos, a dificuldade encontra-se nos detalhes.

Como seus pares em serviço ativo, os Reservistas Título 10 não podem ser convocados sem a mesma aderência ao procedimento delineado no Plano de Reação Nacional [*National Response Plan*], atualmente denominado Estrutura de Reação Nacional [*National Response Framework*], que determina o tipo de assistência federal necessária para reagir ao requisito de dado Governador. Como registrado na *Federal Response to Hurricane Katrina: Lessons Learned* da Casa Branca, essa série de ações é extensa: “Para que a força militar ou capacidade seja depositada no local de desastre, o requerimento do Governador deve passar por processo de 21 passos”.² Assim, o apoio a desastres desde o primeiro dia pelos Reservistas Título 10 não é burocraticamente prático e nem mesmo está planejado para isso.

Quando os oficiais estatais necessitam de apoio militar federal, devem requisitar exatamente aquilo que requerem e não repetir a famosa frase “Mande tudo”! do Governador da Louisiana após o Furacão Katrina. O obstáculo jaz em compreender a vasta gama de destacamentos de Reserva dentro de cada Estado (e aqueles dos Estados vizinhos) e suas capacidades, a fim de tomar uma decisão bem informada em seu pedido de assistência. Mas essa informação não pode ser colocada em execução dentro de dois dias após a chegada do furacão. Exige planejamento e comprometimento prévios. Como dizem, o dia após o desastre não é a hora de trocar cartões de visita.

As seguintes sugestões aperfeiçoariam o processo:

Inicie localmente. Os Generais Adjuntos [Oficiais militares administrativos chefes] devem fazer um levantamento de todos os destacamentos de reserva Título 10 em seus respectivos Estados para compilar dados acerca de equipamento, pessoal e missões. Compilar os dados dos destacamentos da Reserva da Força Aérea e do Exército não é muito difícil, devido a natureza similar dos pares da Guarda Nacional. No entanto, compreender a diferença marcante das estruturas das diferentes Reservas – Marinha e dos Fuzileiros Navais poderá ser um pouco mais

intimidante, mas certamente vale o esforço. Em seguida é necessário encontrar-se com esses destacamentos em pessoa; estar presente durante a 'prestação de contas' das missões; e, é claro, intercambiar cartões de visita. Os oficiais de ligação de cada componente de Reserva devem estar vinculados a cada quartel-general da força conjunta do Estado, a fim de aperfeiçoar a coordenação e o processo de percepção da situação, como visualizado pela Diretiva 5105.83 do DoD (DoDD), *National Guard Joint Force Headquarters–State (NG JFHQs–State)*.³ Munidos do quadro completo, os oficiais estatais podem agora redigir os planos, sob medida, para requisitar a assistência federal, a fim de incluir elementos de Reserva específicos.

Raciocine regionalmente. Sob pacto ratificado pelo Congresso, denominado Compacto de Gerenciamento de Assistência de Emergência [*Emergency Management Assistance Compact*], os Governadores podem requerer os recursos de outros Estados, inclusive da Guarda Nacional, durante emergências. Esse conceito comprovou sua utilidade pós-Katrina, quando os destacamentos da Guarda de todos os 50 Estados, três territórios e Distrito de Colômbia foram mobilizados para prestar assistência em Louisiana e Mississippi, servindo sob o comando do General Adjunto de um dos dois Estados em que se encontravam. Os destacamentos da Reserva de Estados vizinhos, sujeitos à convocação sob a nova emenda de Lei, estariam sob a cadeia de comando Título 10 de cada Estado. Utilizando o modelo de transporte aéreo tático acima, os destacamentos de C-130 do Comando de Reserva da Força Aérea [*Air Force Reserve Command*] em Mississippi, Alabama, Georgia e North Carolina, alinhados em mapas como um colar de pérolas, providenciariam apoio de transporte aéreo de emergência à toda linha costeira do Sudeste – do Texas à Virgínia e além. A convocação de Reservistas Título 10 em Estados vizinhos resultará nos mesmos benefícios encontrados no conceito do *Emergency Management Assistance Compact*. Seu planejamento deve ocorrer antes do incidente.

Planeje nacionalmente. O Comando Norte dos E.U.A. [*US Northern Command*], já importante ao planejamento e processo de reação a de-

sastres naturais, deve manter o enfoque em compreender a capacidade de assistência ao desastre e os relacionamentos singulares do comando do grupo de Reserva Título 10. *Headquarters Marine Forces Reserve*, *Headquarters Air Force Reserve Command*, *Headquarters Army Reserve*, e *Headquarters Navy Reserve* também devem voltar sua atenção ao planejamento para o aumento de assistência a desastre. Um dos requisitos principais a todos são exigências de ligação, alerta/processos de notificação, demarcação das cadeias de comando (controles operacional, administrativo e tático), bem como financiamento. Embora a *DoDD* 5105.83 descreva os vínculos Exército e Guarda Nacional para as forças do serviço ativo, deve fazer as revisões necessárias para também incluir as forças de Reserva Título 10.

Leve a cabo exercícios frequentes. No futuro, todos os exercícios referentes a desastres estatais, nacionais devem incluir a mobilização de forças de Reserva Título 10, assegurando uma abordagem toda inclusiva à atenuação a desastres pelo DoD.

Atualize os cartões. □

Notas

1. Title 10, United States Code, sec. 12304, de acordo com a emenda do National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2012, sec. 515.
2. Executive Office of the President, *The Federal Response to Hurricane Katrina: Lessons Learned* (Washington, DC: White House, February 2006), 54, <http://library.stmarytx.edu/acadlib/edocs/katrinawh.pdf>.
3. DODD 5105.83, National Guard Joint Force Headquarters–State (NG JFHQs–State), 5 January 2011, <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/510583p.pdf>.



Col John L. Conway III, USAF, Reformado

Bacharelado e Mestrado da *University of Alabama*. Analista militar de defesa no Instituto de Pesquisa da Força Aérea [*Air Force Research Institute – AFRI*], Base Aérea Maxwell, Alabama. Durante mais de 30 anos na Força Aérea foi Oficial de Inteligência com cargos principais nos Quartéis-Generais da Agência de Inteligência Aérea, Comando de Defesa Aeroespacial Norteamericano [*North American Aerospace Defense Command*] e Agência de Segurança Nacional [*National Security Agency*]. Foi Oficial Superior de Inteligência nos Quartéis-Generais do Comando de Reserva da Força Aérea [*Headquarters Air Force Reserve Command – AFRC*], na Base Aérea Robins, Georgia e desempenhou diferentes cargos em Inteligência em Alas e Esquadrões, inclusive turno de combate no Centro de Apoio Aéreo Direto II [*II Direct Air Support Center*] na Província de Pleiku, República do Vietnã. Seu último cargo em serviço ativo foi de Chefe da Divisão de Apoio em Combate a Narcotráfico [*Counterdrug Support Division*], Quartéis-Generais AFRC. Após o que, antes de ingressar ao AFRI, foi empreiteiro em engenharia de sistemas e assistência técnica para o Diretório U-2 [*U-2 Directorate*] no Centro de Logística Aérea Warner Robins [*Warner Robins Air Logistics Center*], Base Aérea Robins, Georgia e Assessor Civil ao Comandante, [*Gordon Regional Security Operations Center*], Fort Gordon, Georgia.

Conflitos Contemporâneos e o Direito Humanitário

Coronel Int Carlos Alberto Leite da Silva, FAB

[...] vestidos com jaquetas esportivas, calçados com tênis, e armados com foguetes lança-granadas em seus ombros e fuzis semi automáticos em suas mãos, estes garotos se vangloriavam entre os cadáveres.¹ [...] Nos postos de controle, segundo contam os trabalhadores da Cruz Vermelha, a maioria destes mascarados estava fortemente drogada e não tinha a menor ideia de por quê, ou por quem estavam combatendo. [...]²

S hultz Jr. discorre a respeito dos conflitos que ocorreram na década de 90, principalmente em regiões da África e Ásia. Cita: Líbano, Argélia, Chechênia, Tadjiquistão, Bósnia, Kosovo, Somália, Colômbia, Israel, Turquia, Iraque, Ruanda, Burundi, Timor Leste, Sudão, Sri Lanka e Angola. Destes, treze eram conflitos internos. Com o início do século XXI, novos embates aumentaram sua virulência em regiões como Serra Leoa (2000), Afeganistão (2001), Costa do Marfim (2002), Libéria (2003), Iraque (2003), Somália (2006) e Chade (2008). Todos os conflitos citados possuem elementos marcantes da atualidade: a quebra do monopólio do uso da força, por um dos contendores, papel tradicionalmente desempenhado pelo Estado, ocasionando a dispersão da violência; e a dificuldade de distinção, geradora de crises humanitárias. Entende-se distinção como a capacidade de diferenciação no tratamento previsto para os combatentes e vítimas (feridos, enfermos, prisioneiros de guerra e população civil) conforme preconizado pelo Direito Humanitário.³

O tema tem grande apelo pela dificuldade de delimitação dos diversos elementos que compõem o conflito armado contemporâneo e o grande número de vítimas. Para a Força Aérea a discussão é fundamental na compreensão das dificuldades em caracterizar objetivos mi-

litares, pela multiplicidade de fatores a serem identificados em níveis políticos e estratégicos.

Alguns autores clássicos e contemporâneos permitem o entendimento do tema, pela observação da problemática relacionada com a dispersão da violência e a distinção.

Hobbes explanou na obra “Leviatã” o seu ponto de vista sobre uma natureza humana negativa e a necessidade de governos e sociedades. De acordo com Hobbes, tal sociedade necessita de uma autoridade na qual todos os membros devem render o suficiente da sua liberdade natural, para permitir que a autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum. Este soberano, quer seja um monarca ou uma assembléia, deveria ser o “Leviatã”, uma autoridade inquestionável.⁴

No estado natural, apesar de alguns homens serem mais fortes ou mais inteligentes do que outros, nenhum se colocará acima dos demais, suplantando o medo de que outros lhe possam fazer mal. Por isso, todos teriam direito a tudo, e uma vez que todas as coisas seriam escassas, ocorreria uma constante guerra que ele denomina: *Bellum omni omnes*. Segundo Bobbio, o que Hobbes quer dizer, falando de “guerra de todos contra todos”, é que, sempre onde existirem as condições que caracterizam o estado de natureza, este é um estado de guerra de todos os que nele se encontrarem.⁵

Para Hobbes no entanto, os homens têm um desejo, que é também em interesse próprio, de acabar com a guerra, e por isso formam sociedades mediante um contrato social. De acordo com Hobbes, tal sociedade necessita de uma autoridade a qual todos os membros devem render o suficiente da sua liberdade natural, para que a autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum. Este soberano, quer seja um monarca ou uma assembléia, deveria ser o “Leviatã”, uma autoridade inquestionável.

Carlo Ginzburg discute a submissão pelo Estado e a dispersão da violência. Pressupõe-se que o Estado (Leviatã) tem o direito de impor sanções aos partícipes do contrato social, pela existência de choques de in-

teresses. As sanções são realizadas, para Hobbes, de forma impositiva. O trabalho de Ginzburg trata das manifestações dessa imposição, pelo medo, que o autor discute utilizando o verbo *To Awe*. Ginzburg mostra a cultura presente na estrutura dos grandes Estados, que utilizam seu poder econômico, cultural, tecnológico e militar, de forma impositiva, citando o exemplo das operações aéreas na Guerra do Iraque, em 2003, que foram chamadas de *Shock and Awe*. Ele discute a forma como a submissão pelo medo foi aprimorada no sentido de imobilizar o inimigo durante o século XX, e a dificuldade da mais potente força armada regular (EUA) em lidar com a dispersão da violência.⁶

Henri Dunant apresenta a problemática da distinção ente combatentes e vítimas a partir da obra *Un Souvenir de Solférino*, versando sobre a tragédia dos feridos e enfermos em conflito ocorrido em 1859, que implicou na criação das Convenções de Genebra sobre a sorte de feridos e enfermos, em 1864, e a difusão de regra de proteção e assistência à vítimas de guerras.⁷

A discussão pode ser observada, ainda, nos trabalhos de Van Creveld, Holsti e Hobsbawn.⁸

Van Creveld demonstra a evolução dos conflitos irregulares em regiões pouco desenvolvidas do mundo. O autor discute em sua obra *Transformation of War*, a importância dos chamados “Conflitos de Baixa Intensidade”. Esses conflitos seriam mais uma abordagem para as características presentes nas guerras irregulares:

[...] Desde 1945 ocorreram cerca de 160 conflitos armados em torno do mundo. Daqueles, cerca de três quartos foram denominados “baixa intensidade”. As principais características dos conflitos de baixa intensidade são: se desenvolvem em regiões menos desenvolvidas do mundo, raramente envolvem exércitos regulares de ambos os lados e não se fiam em armas coletivas de alta tecnologia.⁹

Segundo Van Creveld, conflitos de baixa intensidade recorrem desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Os embates entre hindus e muçulmanos, no período de 1947-1949, mataram mais de um milhão de pessoas. Na Guerra Civil da Nigéria de 1966 a 1969 o número de pessoas mortas foi

de três milhões. Durante o conflito no Afeganistão, no início da década de 80, cerca de um milhão de pessoas morreram e cinco milhões de pessoas se tornaram refugiados. Van Creveld menciona ainda que, aproximadamente, vinte milhões de pessoas morreram em diversas localidades como Filipinas, Tíbet, Tailândia, Sri Lanka, Sudão, Etiópia, Uganda e Angola.¹⁰

O segundo aspecto apontado por Van Creveld, diz respeito às falhas na execução dos sistemas de armas em combate, dadas as condições onde os conflitos de baixa intensidade ocorrem. Para ele, as mais potentes forças armadas são largamente irrelevantes para a guerra moderna, já que a importância desta guerra está inversamente proporcional a sua modernidade, pelo desconhecimento da conduta e do cenário onde os embates serão travados. A explicação para tais acontecimentos estaria, segundo Van Creveld, no fato das forças regulares considerarem no seu cálculo a trindade clausewitziana (povo, forças armadas e governo). Contudo, a maioria das forças em várias regiões do terceiro mundo, não possui um exército e seu governo não representa claramente o seu povo. Não existindo uma organização regular, nem experiência, nem armas pesadas, passam a deixar de utilizar armas abertamente e vestir uniformes, para dificultarem a sua identificação, conseguindo uma vantagem sobre as forças regulares. Em todos esses locais não existe clara distinção entre combatentes e vítimas. Aliado à utilização desses métodos, as forças que constituem os conflitos de baixa intensidade empregam uma combinação de violência e persuasão para conseguir a adesão da população local, ao mesmo tempo intimidando o inimigo.

O pensamento de Holsti sobre a natureza do conflito irregular utiliza a denominação *Guerras do Terceiro Tipo* associada a Estados fracos. Seriam todas as guerras que compartilham características estruturais sustentadas por legados coloniais e aspectos proporcionados pelas disfunções do sistema econômico mundial. Uma das características mais críticas é o baixo nível ou a falta de legitimidade vertical. Para Holsti, os principais apoios à legitimidade vertical seriam: autoridade, reciproci-

dade, confiança e responsabilidade, que mantêm largamente ausentes. Existe, para ele, perene contestação entre as autoridades nacionais, representantes do Estado e os centros de poder local que detêm uma efetiva fidelidade de importantes segmentos da população. Estados fracos possuiriam, ainda, falta de legitimidade horizontal. Não há simples comunidades de membros que assinaram um contrato social entre si. Pelo contrário, existem numerosas comunidades e categorias que compartilham a natureza da política e estruturas autoritárias. A legitimidade horizontal falha em desenvolver ou é destruída quando, no Sudão, vários grupos ou comunidades, sistematicamente e dentro de um período de tempo, dominam, oprimem, exploram, forçam a assimilação ou ameaçam a segurança de outros grupos e comunidades. O papel do Estado é seriamente limitado, de acordo com Holsti, devido a resistência de centros locais, a corrupção e inércia da burocracia e a fragmentação social causada por razões religiosas, étnicas, tribais e culturais.¹¹

Hobsbawn alega que no início do século XXI, as operações armadas já não estão essencialmente nas mãos dos governos ou dos seus agentes autorizados, e as partes disputantes não contam com característica, status e objetivos em comum, exceto a determinação de utilizar a violência. Frequentemente, guerras ocorrem em áreas territoriais, sem a autoridade de governos efetivos que detenham o monopólio dos meios de coerção, e onde o poder público deixou de ter aplicação. Dentro dos últimos trinta anos do século XX, alguns Estados perderam bom quinhão da própria estabilidade e, cada vez mais, o sentido fundamental da legitimidade, ou da aceitação da sua permanência, que permitem aos governos impor obrigações consensuais aos cidadãos, como o pagamento de impostos e o serviço militar. Trata-se, ainda, do fato de que nenhum governo está, hoje, em condições de ignorar ou eliminar minorias internas armadas. O mundo estaria cada vez mais dividido em países capazes de administrar seus territórios e seus cidadãos efetivamente; e em número crescente de territórios onde as fronteiras oficialmente reconhecidas, como de Estados soberanos, flutuam entre a debilidade, a corrupção e a não-existência.

É importante salientar que a discussão teórica possui uma perspectiva que valoriza o raciocínio de Hobbes. Um bom exemplo refere-se ao prognóstico de Hobsbawn para o século XXI, ao perceber as guerras como menos mortíferas do que os grandes enfrentamentos bélicos do século XX, mas com uma violência armada gerando sofrimento e perdas desproporcionais, endêmicas e onipresentes. Para Hobsbawn, a perspectiva de paz no século XXI é remota.

Dadas as diversas abordagens a respeito dos conflitos armados, identificaremos agora o tema da pesquisa. Busca-se verificar a influência de conflito armado contemporâneo para o princípio da Distinção do Direito Humanitário. Para tal estudaremos o conflito entre as forças regulares e irregulares na Libéria, em 2003; e sua influência para com o princípio da Distinção. Visando responder à proposição identificaremos os elementos que compõem as duas variáveis: a independente, que analisará a composição e o grau de adestramento, das forças envolvidas (forças do governo, além dos grupos armados *LURD* e *MODEL*); e a dependente que identificará o número de refugiados e deslocados vítimas pelo Conflito da Libéria, e o grau de desagregação populacional ocorrida no país. Será feita, então, uma apresentação dos elementos do conflito.

Elementos do conflito

Em 1821 a *American Colonization Society* – ACS conseguiu adquirir terras na África Ocidental, onde se estabeleceriam os primeiro colonos negros oriundos dos EUA, dando origem ao Estado da Libéria. A mesma declarou sua independência dos EUA em 1847, com uma constituição inspirada na Carta Americana. A soberania desse pequeno núcleo sobre seu interior foi contestada, tanto pelos africanos que já residiam na região, quanto pelos interesses da Grã-Bretanha e da França para com a mesma. Durante a 2ª Guerra Mundial, a Libéria teve participação destacada, suprindo borracha, em apoio às atividades bélicas aliadas. Em 1943 Willian V. S. Tubman foi eleito à Presidência. Esse permaneceu no governo até 1971. Houve interesse de aproximação

com os EUA. Ao mesmo tempo, aumentou a exploração de recursos naturais (cacau, madeira, borracha, ferro, dentre outros). Os antagonismos étnicos, aliados às dificuldades estruturais (desemprego, analfabetismo, baixa estruturação política) criaram as condições propícias a uma série de crises naquele país.

O sucessor de Tubman, Wiliam Tolbert Jr., governou o país de 1971 a 1980, quando foi assassinado em golpe de Estado liderado pelo sargento Samuel Doe. Em 1989, guerrilheiros do *National Patriotic Front of Liberia – NPFL*, sob a liderança de Charles Taylor iniciaram uma rebelião para derrocar o governo, que resultou na execução do Presidente Doe. Charles Taylor iniciou atividades insurgentes na região do Município de Nimba, com o envolvimento de grupos armados da Costa do Marfim. Naquele período, diversos países da *Economic Community of West African States – ECOWAS* criaram a *ECOWAS Monitoring Group – ECOMOG* para restaurar a paz e estabilizar o país. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, ainda, uma força de observadores militares *United Nations Observer for Liberia – UNOMIL*, que juntamente com a *ECOWAS* assistiu durante a coordenação de eleições gerais em 1997, quando Charles Taylor foi eleito presidente. Dois anos após, aumenta o conflito armado entre o governo da Libéria, liderado por Taylor e o grupo armado *Liberians United for Reconciliation and Democracy – LURD*, resultando no deslocamento de centenas de milhares de civis, dentro e fora da Libéria.¹²

A segurança do governo liberiano passou a ser composta de elementos remanescentes de unidades especiais, como a Unidade Antiterror, que incluía combatentes provenientes da Guiné e Burkina Faso; combatentes de Gâmbia e Serra Leoa, ex-combatentes do *Revolutionary United Front – RUF*; efetivos armados com veteranos da *NPFL*, que efetuaram o golpe contra o Presidente Doe em 1989 e da *Armed Forces of Liberia – AFL*.

Outro elemento marcante da força de combate liberiana foi o recrutamento forçado de pessoas desocupadas. Aqueles grupos eram mal treinados e mal remunerados. Além do mais, eram obrigados a lutar. A

resistência ao recrutamento era punida com a morte. O *International Crisis Group* registrou o fato de que os salários do Destacamento Anti-terror eram de aproximadamente \$ 250,00 dólares ao mês, em 1998. Durante a administração do Presidente Taylor foram reduzidos a cerca de \$ 50,00 dólares ao mês.

O conflito na Libéria intensificou-se em 2003, com o *LURD* avançando em direção à capital do país, Monróvia, e com a entrada em cena de novo grupo armado, denominado *Movement for Democracy in Liberia – MODEL*, emergindo no sul e leste do país. Em meados de 2003, após pressão internacional (ONU, *ECOWAS* e EUA) o governo de Charles Taylor realizou eleições, sem contudo configurar condições seguras. Segundo o *Internacional Crisis Group – ICG*, 40% da Libéria foi devastada pela guerra civil e as condições de segurança eram precárias, devido ao embate entre as forças que apoiavam o Presidente Charles Taylor e os diversos grupos armados que atuavam no interior do país e nas cercanias de Monróvia.¹³

Após a chegada dos grupos armados aos arredores de Monróvia e a celebração de um cessar-fogo, o Presidente Charles Taylor partiu para o exílio na Nigéria, em 11 de Agosto de 2003. Houve, então, um acordo para a formação de governo de transição. A ONU estabeleceu uma missão denominada *United Nations Mission in Liberia – UNIMIL* em 19 de Setembro de 2003, baseada no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, com a finalidade de restaurar a paz na região. O mandado da missão estipulava a intenção do envio de 15.000 soldados à força de paz, denominados mantenedores de paz [*peacekeepers*] e 1115 policiais civis internacionais para a manutenção da lei e ordem civil. A presença dessas tropas permitiria ao Estado retornar à normalidade.

Os relatórios da Organização das Nações Unidas, de organizações não-governamentais e do *International Crisis Group* indicam que não havia controle dos grupos armados, pouco disciplinados e acostumados a depredar a infraestrutura do país.¹⁴

Durante os conflitos registraram-se várias violações aos Direitos Humanos pelos grupos e forças armadas pertinentes, inclusive o as-

sassinato de civis, tortura, recrutamento forçado de crianças e violência sexual.

No início de 2004 o *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* – OCHA calculava que ainda existiam 53.000 ex-combatentes, dos quais 20.000 eram crianças vinculadas aos grupos bélicos. Ressalta-se, ainda, que no final de 2003, cerca de 80% da população estava desempregada; 74% não tinha acesso à água e 60% não tinha acesso a serviço sanitário. Enquanto as receitas do governo interino somavam \$ 2 milhões de dólares, o débito nacional era de \$ 2,8 bilhões de dólares.¹⁵

Análise dos dados

A análise dos dados levará em consideração a relação entre as variáveis apresentadas. Observam-se os indicadores da variável independente com a delimitação das forças e seu grau de adestramento. As forças do governo eram compostas do Destacamento Antiterror, combatentes provenientes da Guiné e Burkina Faso; combatentes de Gâmbia e Serra Leoa, ex-membros do *Revolutionary United Front* – RUF, além de efetivos armados com veteranos da *National Patriotic Front of Liberia* – NPFL. As forças envolvidas possuíam baixo grau de adestramento, devido à pouca remuneração e grande heterogeneidade. Em relação à variável dependente foi possível identificar, como resultado do conflito da Libéria, um aumento expressivo em número de refugiados e deslocados, i.e., cerca de 800.000 civis.¹⁶

A relação entre as duas variáveis permite a compreensão das múltiplas interações entre a realidade do conflito armado da Libéria e o marco teórico desta pesquisa. Nota-se que a própria evolução histórica da Libéria, durante o século XX, apresenta elementos que caracterizam a quebra do monopólio da força, pela sucessão de golpes de Estado: a queda do Presidente Tolbert, em 1980 e a do Presidente Doe, em 1989. A progressiva deterioração das forças armadas e policiais, após o início do governo do Presidente Samuel Doe, agravou-se com a guerrilha patrocinada por Charles Taylor durante os anos 90.

A estrutura da Libéria, com os baixos índices de desenvolvimento humano, acrescidos da multiplicidade étnica e das deficiências crônicas de economia, com predominância em falta de produção de recursos naturais, criaram as condições para a debilitação das condições sociais daquele país.

A discussão acerca das reflexões de Thomas Hobbes permite-nos compreender a dificuldade em se manter uma sociedade onde os interesses individuais são colocados em destaque. A necessidade de um contrato entre os indivíduos pressupõe, na percepção de Hobbes, a perspectiva de subordinação daqueles interesses a uma estrutura que restrinja os conflitos, por meio de coerção. A ausência dessa estrutura (Estado) representa a possibilidade de conflito prolongado “de todos contra todos”. Nota-se que a desagregação da estrutura social da Libéria e a falta de autoridade política criaram as condições para o conflito armado. O estado de “anomia”, identificado por Hobbes, reflete a falta de leis e a ausência de normas de conduta, o que permite um convívio social onde o ser humano é valorizado. A brutalidade dos embates e o aumento do número de vítimas, constituído pelos refugiados e deslocados em pelo menos três países (Serra Leoa, Guiné e Costa do Marfim), possuem conexão direta com a violência que acabou permeando todos os segmentos da sociedade liberiana. A população civil se via envolvida em confrontos que não refletiam seus interesses. Sobretudo, havia a inexistência de representantes legitimamente vinculados àqueles interesses.

O emprego de grupos armados, mal adestrados e assalariados, pelo Presidente Taylor, levou a descontento generalizado e provocou uma série de violações ao Direito Humanitário: saques; utilização de força bruta para obrigar a adesão de cidadãos às forças governamentais; e até mesmo a ameaça de morte. Ginzburg identifica o emprego do poder estatal através da submissão pelo medo.¹⁷

O conflito da Libéria permite compreendermos Hobsbawn, quando trata da falta de autoridade do governo da Libéria, que não detinha o monopólio dos meios de coerção em todo o território da Libéria, e pela

falta de ação do poder público. A Legitimidade Vertical foi comprometida pela falta de autoridade e responsabilidade. Em relação à legitimidade horizontal caracteriza-se com clareza a existência de comunidades que compartilham estruturas autoritárias, sem uma subordinação ao Estado bem definida. Considerando a opinião de Van Creveld, não existiria uma trindade clausewitziana (povo, forças armadas e governo) no conflito analisado. A desagregação existente manifestou-se na destruição da infraestrutura e dos serviços básicos daquele país.¹⁸

A natureza do conflito demonstra a presença de violência indiscriminada, ocasionada pela ausência de autoridade estatal. A capacidade de imposição da repressão estatal, discutida por Hobbes e Ginzburg, instigou as práticas abusivas contra a população civil. Alia-se a esse fato a difusão da violência provocada pela atuação dos grupos armados (*LURD e MODEL*).

Em relação à aplicabilidade da Distinção, observa-se que a mesma ficou degradada pela impossibilidade de haver uma identificação das partes envolvidas. Esta constatação permite a compreensão de que a natureza de conflitos, com a característica apresentada na Libéria, possui sérias consequências para a efetividade do princípio da Distinção do Direito Humanitário.

Observa-se que a percepção acerca do tratamento adequado de vítimas exerce grande influência nas dificuldades atuais em cenários de conflito, dentro da realidade internacional, assinalando a relevância das discussões projetadas pelo Catedrático Gisálio Cerqueira Filho da Universidade Federal Fluminense sobre Poder e Vulnerabilidade Psíquica. A importância da discussão apresentada fica ressaltada pelo entendimento de suas inferências para com o Direito Humanitário e a relevância para o estudo de conflitos armados no século XXI.¹⁹ □

Notas

1. IGNATIEFF, Michael. *Guerreiros Desarmados*. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Genebra: CICV. 1997, p 9
2. SHULTZ JR, Richard H, Dew Andrea. *Insurgentes, terrorists and militias: the warriors of contemporary combat*. New York: Colômbia University Press, 2006, p.29
3. HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Editora Martim Claret, 2004
4. BOBBIO, Noberto. Thomas Hobbes. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991, p.36
5. GINZBURG, Carlo. *Fear Reverence Terror Reading Hobbes Today*. Max Weber Lecture. N° 2008/05. Italy: European University Institute, 2008
6. DUNANT, Henri. *Un Souvenir de Solférino*. Comitê Internacional de la Croix-Rouge. Genève. 1986
7. HOBBSAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
8. VAN CREVELD, Martin. *The Transformation of War*. New York: The Free Press, 1991, p.20
9. VAN CREVELD, Martin. *The Transformation of War*. New York: The Free Press, 1991, p.21
10. HOLSTI, K.J. *The state, war and the state of war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996
11. INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Tackling Liberia: The Eye of the Regional Storm*. International Crisis Group Africa Report n° 62. 30 April 2003. Brussels, 2003a, p.15
12. INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Tackling Liberia: The Eye of the Regional Storm*. International Crisis Group Africa Report n° 62. 30 April 2003. Brussels, 2003a, p.1
13. UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Regional Multi-Year Operations Plan for the Repatriation and Reintegration of Liberian Refugees and Internally Displaced Persons (2004-2007)*. Geneva, 2004, p.5
14. INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Tackling Liberia: The Eye of the Regional Storm*. International Crisis Group Africa Report n° 62. 30 April 2003. Brussels, 2003a, p.16
15. OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2004, p. 1
16. GINZBURG, Carlo. *Fear Reverence Terror Reading Hobbes Today*. Max Weber Lecture. N° 2008/05. Italy: European University Institute, 2008
17. HOLSTI, K.J. *The state, war and the state of war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996
18. O presente artigo foi desenvolvido a partir de discussões promovidas pelo Doutor Gisálio Cerqueira Filho, Catedrático do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, no Brasil, e da leitura da obra *Análise Social da Ideologia*. CERQUEIRA FILHO, Gisálio. São Paulo: E.P.U., 1988.

Carlos Alberto Leite da Silva

Coronel da Ativa da Força Aérea Brasileira, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Possui, ainda, os títulos de Bacharel em Ciências Aeronáuticas pela Academia da Força Aérea, Bacharel em Ciências Contábeis pela UFMA e Especialização em História Militar pela UNIRIO. Atualmente cursa o *Air War College*, Base Aérea Maxwell, Montgomery, Alabama.

Gostaríamos de receber sua opinião

Distribuição: Texto aprovado para o público. Distribuição irrestrita.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões e pontos de vista expressos ou inferidos neste periódico pertencem aos autores e não contam com a sanção oficial do Departamento de Defesa [Department of Defense], Força Aérea [Air Force], Comando de Treinamento e Educação Aérea da Aeronáutica [Air Education and Training Command –AETC], Universidade da Aeronáutica [Air University], ou quaisquer outras agências ou departamentos do governo dos Estados Unidos.

Este artigo pode ser reproduzido, parcial ou totalmente, sem necessidade de autorização prévia. Caso seja reproduzido, o Air and Space Power Journal – Português solicita a cortesia de menção..

<http://www.airpower.au.af.mil>